

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Michel Foucault e a
constituição do corpo e da alma
do sujeito moderno**

**Fernando de Almeida Silveira
Reinaldo Furlan**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO - SP

2001

FICHA CATALOGRÁFICA

Silveira, Fernando A.
Michel Foucault e a constituição do corpo e da
alma do sujeito moderno, 2001.
151 p. : il.; 30 cm

Dissertação, apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto /
USP – Dep. de Psicologia e Educação.
Orientador: Furlan, Reinaldo

1. Corpo/Alma. 2. Foucault. 3. Epistemologia 4.
Subjetivação 5. Psicologia

DEDICATÓRIA

A Lauro, o primeiro a me ensinar a pensar diferente.

`A Lucia, que me ensina a sonhar e a criar.

A Aylton, que me ensina a silenciar.

`A Suzana, que me ensinou a resistir.

A Tomio e a Walter, que me ensinaram a me transformar (e seus limites).

`A Silvia, que me ensinou a gostar (e seus limites) e a crer em mim.

E a todos os amigos que, em nós perseveram, onde outros desistem.

AGRADECIMENTOS

Aos professores:

Reinaldo Furlan e Maria Clotilde Rossetti Ferreira, pela orientação generosa e por acreditarem - novamente - na minha capacidade de aprender.

Salma Muchail, Richard Simanke e Marcio Fonseca, pelos diálogos e sugestões proveitosas e solidárias.

Aos diretores, docentes e funcionários da Pós-Graduação da Psicologia da FFCLRP, que confiam e dão sustentação a esta minha realização de vida.

À Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, seus diretores, pareceristas e funcionários, pela concessão de bolsa de financiamento desta pesquisa e por construírem o Brasil do presente.

Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os *corpos* em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder, que nós mesmos renovamos, pois somos suas *engrenagens*.

Michel Foucault – Vigiar e Punir

Há três tipos de déspota:

O que tiraniza o corpo, o Príncipe.

O que tiraniza a alma, o Papa.

E o que tiraniza o corpo e a alma, o Povo.

Oscar Wilde

RESUMO

SILVEIRA, F. A. **Michel Foucault e a constituição do corpo e da alma do sujeito moderno**. 200. f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2001.

A obra de Michel Foucault destaca a relevância do corpo e da alma como sustentáculos das forças de poder e de saber, que se articulam estrategicamente na história da sociedade ocidental. A corporeidade ocupa uma posição central na obra de Foucault, ressaltando-a enquanto realidade bio-política-histórica, "interpenetrada de história" e como ponto de apoio de complexas correlações de forças, sobre a qual incidem inúmeras conformações discursivas produtoras de "verdades", que tanto podem reafirmar como recriar o sentido do corpo presente ou a sensibilidade individual/coletiva nele imanente. Esse é o espaço de formação da alma sobre a qual Foucault desenvolve uma "genealogia da alma moderna", caracterizando-a como "o correlativo atual de uma certa tecnologia do poder sobre o corpo", e também considerando que "não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento". Na medida em que Foucault retira do sujeito de conhecimento seu papel central no processo de produção do saber, o corpo - enquanto suporte dos embates das forças de poder e saber, e a alma moderna - "ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo" - adquirem uma importância renovada. Devido à importância crescente das noções de corpo e alma nos trabalhos de Foucault, este projeto estuda das suas obras: "Vigiar e Punir", "História da Sexualidade - Vol. I", aspectos relativos ao corpo e à alma nelas presentes, investigando as semelhanças, diferenças e articulações do binômio corpo-alma no contexto peculiar de cada obra, visando à compreensão da concepção do corpo e da alma no processo de rearticulação de abordagens promovido nos trabalhos de Foucault. Tal pesquisa se baseia na leitura da bibliografia do referido autor e comentaristas, efetuando-se recortes sobre a temática pesquisada, com a decorrente análise descritiva, interpretativa e crítica desse material. Conclui-se que o corpo é uma peça dentro de um jogo de dominações e submissões presente em toda a rede social, que o torna o depositário de marcas e de sinais que nele se inscrevem, de acordo com as efetividades de tais embates, que têm na corporeidade seu "*campo de prova*". E a alma histórica, enquanto elemento discursivo de produção de uma série de conceitos geridos ao redor e através do corpo, é o *depositário histórico de verdades* que permite um acesso direto do "poder-saber" sobre tais corpos. (Agência Financiadora - FAPESP)

Palavras-chave: corpo-alma / Foucault / epistemologia / subjetivação / psicologia

ABSTRACT

SILVEIRA, F. A. **Michel Foucault and the body and soul's constitution of modern subject.** 200. f. Dissertation (Mastership) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, São Paulo University, 2001.

Michel Foucault's work highlights body as expression and support from forces of power and knowledge, which get strategically articulated, in occidental society's history. Embodiment occupies a central position in Foucault's work, which points it out as a bio-political-historical reality; that is, as "interpenetrated by history" and a point of support of complex forces correlations, over which fall upon multiple discursive conformations productive of truths that either can reaffirm as recreate the meaning of the present body, or an individual / collective sensibility immanent in it. In this case, it is not the autonomous epistemological subject who produces a useful or lonesome knowledge to the power, but the power-knowledge, the processes and fights which traverse it and that constitute it, and which represent the forms and possible fields of knowledge. In the proportion Foucault takes out from the autonomous subject of knowledge the central role in the process of knowledge production, the body acquires a renewal importance. This project studies from "Surveiller et Punir" and "Histoire de la Sexualité – Vol. 1", their aspects about the body and soul, their similarities and differences in each work, and their rearticulations in front of all the Foucault's investigations. The body is a piece within a domination and submission play which is present in the whole social net, which turns the body the depository of marks and signs that are inscribed in it, according to the impacts effectiveness, which for their turn has on embodiment its "rehearsal field". And the historic soul is a discursive element in the production of conceptions around and across the body (FAPESP).

Key-words: body-soul / Foucault / epistemology / subjectivation / Psychology

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	1
1.1 SOBRE A ORIGEM DESTE TRABALHO	1
1.2 OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O CORPO E A ALMA EM FOUCAULT	2
1.3 SOBRE A METODOLOGIA A SER EMPREGADA NESTE TRABALHO	6
Parte I: ASPECTOS GERAIS DO CORPO E DA ALMA NA OBRA DE MICHEL FOUCAULT	
2 O HOMEM EM SEMELHANÇA AO CÓSMICO: A MÁXIMA VALORAÇÃO DA ONIPOTÊNCIA, ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DO CORPO AO COSMO E TENDO A ALMA COMO INSTRUMENTO	10
3 TRANSMUTAÇÕES DO CORPO E DA ALMA ENTRE A RENASCENÇA E O PERÍODO CLÁSSICO: DO “CORPO-PONTUAL” AO “CORPO-SUPERFÍCIE”	15
3.1 ASPECTOS GERAIS DO CLASSICISMO	15
3.2 ASPECTOS DA VIDA, DO HOMEM E DO CORPO/ALMA NO PERÍODO CLASSICO	19
3.3 “VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS” DE ESTUDOS CORPÓREOS EM REINOS “NÃO HUMANOS”, NA ÉPOCA CLÁSSICA	21
3.4 UMA ANALÍTICA SOBRE O CORPO E A ALMA NO RENASCIMENTO E NA ÉPOCA CLÁSSICA	23
4 A ENTRADA DO “HOMEM”, DA “VIDA” E DO “CORPO ESPACIALIZADO NA HISTÓRIA, EM SUA MÁXIMA VISIBILIDADE E SIGNIFICAÇÃO	25
4.1 A ENTRADA DO “HOMEM” NA HISTÓRIA	25
4.2 A ENTRADA DA “VIDA” NA HISTÓRIA	29
4.3 A ENTRADA DO CORPO NA HISTÓRIA	32
Parte II: ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CORPO E DA ALMA NA OBRA DE MICHEL FOUCAULT	
5 O CORPO/ALMA DO REI E O CORPO/ALMA DO CONDENADO	37
5.1 INTRODUÇÃO	37
5.2 SOBRE O EXERCÍCIO DO PODER DO REI SOBRE OS CORPOS/ALMAS DOS SEUS SÚDITOS	38
6 O “CORPO-SUPLÍCIO”	43
6.1 DISPOSIÇÕES MICROFÍSICAS DO CORPO-SUPLÍCIO	49

7 O "CORPO-PUNIÇÃO": O SURGIMENTO DO HOMEM COMO MEDIDA DE TODAS AS COISAS E O PROCESSO DE SUAUIZACÃO DAS PENAS	53
7.1 ASPECTOS GERAIS DA TRANSMUTAÇÃO DO "CORPO-SUPLÍCIO" EM "CORPO-PUNIÇÃO" E SEU INTRÍNSECÓ PROCESSO DE SUAUIZACÃO CORPÓREA DAS PENAS	53
8 O "CORPO-DISCIPLINA"	61
8.1 CONSIDERAÇÃO SOBRE A TRÍADE "CORPO-ALMA-DISCIPLINA"	75
9 O "CORPO-PRISÃO"	84
10 O "CORPO-PANÓPTICO"	95
11 A TRÍADE "CORPO-SEXO-ALMA"	101
11.1 A TIPIFICAÇÃO E O ESQUADRINHAMENTO DOS INDIVÍDUOS ATRAVÉS DA RACIONALIDADE CIENTÍFICA	108
11.2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CORRELAÇÕES ENTRE O DISCURSO CONFENSIONAL CANÔNICO E O DISCURSO RACIONAL-CIENTÍFICO SOBRE O CORPO, O SEXO E A ALMA	116
12 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE	120
12.1 A MEDICALIZAÇÃO DO SEXO	124
12.2 A MEDICALIZAÇÃO DO SEXO NO NÚCLEO FAMILIAR	127
12.3 A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE/SEXUALIDADE DE CLASSE SOCIAL	130
13 UMA NOVA ANATOMIA POLÍTICA PARA O CORPO E A ALMA: A CONSTITUIÇÃO DA ALMA DO SUJEITO MODERNO	136
<u>Parte III: CONCLUSÕES</u>	
14 CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS	152

1

INTRODUÇÃO**1.1 Sobre a Origem deste Trabalho**

A motivação principal deste estudo se deve à constatação da relevância do corpo e da alma na obra de Michel Foucault, confirmada no transcurso de uma monografia de iniciação científica, desenvolvida em 1998, enquanto trabalho final de graduação em Psicologia. Tal ensaio versou sobre o mesmo tema desta dissertação, e também circunscrito ao âmbito das obras de Michel Foucault: "Vigiar e Punir" e "História da Sexualidade - Volume 1 - A Vontade de Saber". Nesse estudo, buscou-se uma primeira aproximação perante as mutações corpóreo-anímicas, ocorridas no cerne dessas obras, na medida em que foi possível, preliminarmente, reconhecer o papel central do corpo e da alma enquanto elementos embasantes das complexas relações, estabelecidas por Foucault, entre saber, poder, discurso e o processo - por ele tenazmente evidenciado - de "subjativação", promotor anônimo da construção da identidade sócio-histórica dos indivíduos, na sociedade ocidental moderna.

Este trabalho é continuidade do primeiro.

1.2 Observações Introdutórias sobre o Corpo e a Alma em Foucault

Nesse ensaio, sua obra foi se revelando como portadora de uma nova estrutura analítica da produção histórico-filosófica.

Em um primeiro lugar, porque reconhece a validade do estudo da corporeidade no que nela se manifesta como mais “**próximo**”, também por ele denominada de “história efetiva”: “a história “efetiva” [...] lança seus olhares ao que está próximo: o corpo, o sistema nervoso, os alimentos e a digestão, as energias; ela perscruta as decadências” (Foucault, 1979, p.29). E esta apropriação dos aspectos relegados da corporeidade instaura uma verdadeira “vivificação” da filosofia do corpo.

Em segundo lugar, e neste sentido, sua criação intelectual é “multi-sensorial”: valoriza na filosofia as emanções físico-sensórias do corpo e as eleva a condições de “detentores de história”.

Assim sendo, ao focalizar suas investigações no contexto das singularidades próprias da corporeidade, Foucault (1979) passa a relevar, como história, os eventos e marcas desta corporeidade os quais, a princípio, são comumente considerados como “não possuindo história, os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (p.15) e, assim, passa a rastreá-los, através de um estudo minucioso, revelando-os como pontos de suporte de macro-processos históricos, apropriados por uma complexa série de articulações estratégicas de saberes e de poderes.

Por conseguinte, reconhece a similitude entre a instabilidade corpórea e seu correlato - os eventos históricos - que utilizam o corpo como

seu ponto de apoio e, mais do que isto, como seu **começo**. Sob este contexto, Foucault propicia as bases adequadas para que sua filosofia *incorpore* – literalmente – a efemeridade e o desequilíbrio de uma história em constante articulação com os microfenômenos físicos, os quais são o âmbito de confrontação das forças históricas e de sua confirmação pois, caso os corpos não estabeleçam a “interpenetração física” de tais fenômenos em seus ciclos e hábitos, não se manifestam as condições básicas para que um evento histórico-social se consolide.

Assim, sua filosofia não se configura como metafísica. Muito pelo contrário, é “*intrafísica*”. Seu estudo não é supra-estrutural, mas *intracorporal*.

Ora, corpo e alma são, *interpenetrados de história* e articulados através de diferentes contextos discursivos, os elementos co-construtores de múltiplos focos de subjetivação, de forma que se torna imprescindível associá-los ao processo de edificação da própria identidade histórica do indivíduo.

Também é importante considerar que, dentro deste universo no qual poder e saber estão intimamente ligados, Foucault (1975) frisa que “não há constituição de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”(pp.29/30). Com isto, supera a "neutralidade" difusamente presente em diversos grupos intelectuais, de que "fazer ciência não é fazer política" ou a concepção na qual ciência está dissociada de qualquer disputa pelo poder. Muito pelo contrário, ao reconhecer o liame estreito entre saber/poder, Foucault lança a ciência e todos os saberes (os quais reconstróem e

rearticulam o binômio secular do corpo e da alma) a uma relação de suporte teórico e epistemológico de múltiplos interesses, inerentes aos rearranjos das conformações de poderes imanentes, a cada momento, em nossa sociedade.

Daí sua analítica dos saberes científicos ter se desdobrado sobre uma vasta diversidade de campos do saber, tais como: a Medicina, o Direito, a Sociologia, a Linguística, a Psicologia, a Demografia, a Pedagogia, a Biologia, a Economia, a Política, a Filosofia, a Sexualidade, todos eles analisados através de uma perspectiva eminentemente histórica, e constantemente direcionada para o desenvolvimento daquilo que se configurou como sendo a “**microfísica do poder**”, ou seja, o foco na corporeidade de cada indivíduo – com seus hábitos, instintos, pulsões, sentimentos, emoções, impulsos e vicissitudes – como o ponto fundamental sobre o qual se sustenta um emaranhado complexo de uma série de lutas e de confrontos inerentes a tais saberes, no processo de produção de poder.

Por conseguinte, é possível reconhecer o corpo, sob a abordagem foucaultiana, dotado de uma natureza *descontínua* em função de seu entrelaçamento a uma multiplicidade de discursos e práticas "animizantes" que o atravessam.

Dentre tais práticas (e que serão focalizadas neste estudo), pode-se enumerar, ilustrativamente: os suplícios, as disciplinas, as disposições do corpo no tempo e no espaço, os métodos de auto-exame e de controle, os mecanismos panópticos de vigilância, os atos e as práticas confessionais (de cunho religioso ou científico), a confecção de laudos periciais e psicológicos sobre as disposições corpóreo-anímicas, os exames médicos (que

esquadrinham tanto o corpo como a alma dos pacientes, dos loucos, dos excluídos), conceitos de higiene física e de demografia.

Assim, Foucault busca construir a genealogia de uma série de conceitos, construídos ao redor do corpo e a ele acessados, através dos posicionamentos discursivos historicamente constituídos.

Em outras palavras, busca-se dissecar o alcance de tais discursos sobre os corpos dos indivíduos, enquanto mecanismos de controle, submissão, docilidade, utilidade e normalização de condutas, dispersos anonimamente em toda a rede social, almejando acentuar, assim, o vínculo existente entre o binômio corpo/alma e a díade saber/poder.

Com tal enfoque, Foucault "destrona" a alma de sua compleição metafísica ou divina, ou como entidade abstrata e parte da natureza a-histórica do homem. A alma é elemento focal diretamente produzido junto ao exercício de saber/poder sobre o corpo. O corpo é "superfície de inscrição para o poder, com a semiologia por instrumento; a submissão dos corpos pelo controle das idéias." (Foucault, 1975, p.93).

Portanto, não se trata de conceber, conforme certas correntes da metafísica clássica, uma alma dissociada do corpo em um processo dualista de relação, mas sim uma noção de alma criada diretamente sobre o corpo, em função dos interesses políticos sobre ele concentrados.

Foucault associa as dimensões corpóreo-anímicas ao processo sócio-histórico das tramas de poder e saber, desenvolvidas na sociedade ocidental, principalmente a partir do século XVIII, com o advento epistemológico da **Modernidade**, o qual permitiu o implemento conceitual-discursivo das ciências do homem - especialmente a partir da filosofia de

Kant - com o desenvolvimento de uma nova focalização de estudos sobre a finitude da natureza humana.

Tal configuração histórica teve como consequência uma multiplicação dos estudos do corpo e da alma sobre os mais diversos ramos de saberes e sobre a influência de várias formas de pesquisas de inspiração humanista.

Em síntese, Foucault (1975) considera “a alma, efeito e instrumento de uma anatomia política: **a alma, prisão do corpo.**” (p.30 – grifo nosso) Assim, ao inverter a clássica proposição platônica quanto ao binômio corpo/alma (lembramos, para Platão, *"o corpo é a prisão da alma"*), Foucault desnuda o elemento anímico de seu suposto caráter mitificador ou transcendental.

Sua analítica, de evidente inspiração nietzscheana, reconhece na alma moderna o depositário de complexas articulações discursivas e semióticas, as quais permitem que uma vasta gama de saberes (sejam eles científicos, políticos, religiosos, econômicos, artísticos, culturais, comportamentais, dentre outros), incidam ao redor do corpo, de forma inesgotável e contínua, possibilitando o esquadrinhamento das disposições temporais/espaciais dos corpos e a definição de verdadeiras "grades" de normalização das condutas do sujeito, principalmente na sociedade ocidental, nos últimos três séculos.

1.3 Sobre a Metodologia a Ser Empregada Neste Trabalho

Com o suceder dos estudos efetuados, constatou-se que alguns conceitos sobre corpo e alma foram, na medida da publicação sucessiva das obras de Foucault, sendo delineados, construídos e reformulados, em um processo evolutivo próprio; como também, em outro sentido, tais concepções foram se revestindo de certas especificidades, de acordo com as características singulares de cada ramo do conhecimento estudado, e de acordo com a proposta de cada livro.

Desta forma, foi possível verificar e estabelecer a definição de certas fases genéricas e diferenciadas quanto ao tratamento do corpo e da alma nas obras de Foucault, em função da peculiaridade típica do enfoque empreendido nos diversos livros do autor. Neste sentido, consideram-se alguns trabalhos de Foucault como verdadeiros "*marcos temáticos*" para o estudo em questão.

Como *marco teórico fundamental*, destacamos o livro "*Vigiar e Punir*"(1975). A escolha de "Vigiar e Punir" já havia sido efetuada, como dito, na iniciação científica. É um *marco teórico*, em virtude desse livro conter, de forma clara, uma investigação que não se limita aos enunciados, mas que também procura nas práticas e nas instituições jurídicas o exercício do saber, que se descobre, assim, no exercício do poder. É *marco temático*, porque essas investigações revelaram o corpo como objeto privilegiado de apoio e expressão da formação da "*alma moderna*".

Um **segundo marco temático** a ser ressaltado é o livro "História da Sexualidade - Volume 1"(1976). Esse livro avança em dois sentidos as análises de "Vigiar e Punir". Por um lado, destaca o dispositivo da

sexualidade na economia do bio-poder. E, por outro, intensifica o foco no processo de subjetivação da alma moderna através da análise da psicanálise.

Observa-se também que foi verificada a importância do livro "*As Palavras e as Coisas*" (1966), na medida em que enfoca o processo de evolução epistemológica do Pensamento Ocidental, analisando a criação e as transformações das principais ciências (em especial as ciências humanas), até culminar com o desenvolvimento histórico-cultural do processo denominado por Foucault de *analítica da finitude do homem*. Neste sentido, esta obra certamente apresenta, direta ou indiretamente, uma série de considerações sobre o corpo e a alma, ao assinalar o surgimento dos saberes que os constituem.

Parte I

Aspectos Gerais
do Corpo e Da Alma
na Obra de
Michel Foucault

2

O HOMEM EM SEMELHANÇA AO CÓSMICO:
A MÁXIMA VALORAÇÃO DA ONIPOTÊNCIA,
ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DO CORPO AO COSMO
E TENDO A ALMA COMO INSTRUMENTO

Destaca-se, inicialmente, uma das "descobertas" constatadas especialmente no processo de preparação desta dissertação: se, durante o ensaio de iniciação científica, foi possível reconhecer a íntima relação entre quatro elementos: *saber, poder, corpo e alma*, é destacada, agora, a presença de um outro elemento que permeia os anteriores: o processo sócio-histórico-discursivo de construção da *subjetividade do homem moderno* enquanto um dos "acontecimentos emergentes" dessa articulação em construção nos últimos séculos, em especial pelas ciências humanas.

A partir disso, percebe-se que, para se desvelarem as complexas relações entre corpo/alma/saber/poder na sociedade ocidental moderna, é fundamental reconhecer: a produção histórica do homem enquanto sujeito e objeto de conhecimento e a articulação dos saberes de cunho humanista que

permitem tal produção. Tal advento foi implementado principalmente a partir do final do século XVIII, quando a visão kantiana do homem enquanto sujeito e, ao mesmo tempo (e paradoxalmente), objeto do seu próprio conhecimento, consolidou-se enquanto paradigma norteador de muitos estudos científicos da Modernidade.

Mas, antes de se aprofundar a importância do pensamento kantiano e do advento do Pensamento Moderno enquanto reelaboração epistemológica das relações corpóreo-anímicas, gostaríamos de destacar minimamente a articulação do binômio corpo/alma em um momento no qual a subjetivação não representava a idéia de subjetividade, no seu sentido moderno. Esse prelúdio tem apenas o objetivo de destacar a ruptura ou a emergência da modernidade na história do pensamento ocidental.

Foucault destaca, em "As Palavras e As Coisas", três grandes fases do pensamento ocidental: a Renascença, a Época Clássica e a Modernidade.

Até o fim do século XVI, concepção primordialmente cosmológica buscava reconhecer semelhanças entre o homem e o macrocosmo, estabelecendo laços estreitos e indissociados entre a natureza humana, os fenômenos da Natureza (no sentido amplo do termo) e a infinitude, de forma que "o mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastes os segredos que serviam ao homem." (Foucault, 1966, p.33)

Assim, construía-se o homem feito "espelho do mundo" a refletir todos os fenômenos da natureza: um homem assemelhado aos reinos animal, mineral e vegetal. E siderado, tendo sua natureza corpóreo-anímica projetada

a uma Grande Ordem Celestial, utilizando-se de uma conformação de linguagem através da qual se vasculhavam infinitas similitudes entre a Natureza, o Macrocosmo e o microcosmo individual. Ou seja:

[...] na vasta sintaxe do mundo, os diferentes seres se ajustam uns aos outros; a planta comunica com o animal, a terra com o mar, o homem com tudo que o cerca. A semelhança impõe vizinhanças que, por sua vez, asseguram semelhanças. O lugar e a similitude se imbricam: vê-se crescer limos nos dorsos das conchas, plantas nos galhos dos cervos, espécies de ervas no rosto dos homens; e o estranho zoófito justapõe misturando-as, as propriedades que o tornam semelhante tanto à planta como ao animal (Foucault, 1966, p.34).

E sobre o homem se desdobravam as estrelas, as constelações, os elementos da natureza e uma rede de forças telúricas e cósmicas que se remetiam entre si, mútua e incessantemente, em uma articulação indissociável.

Assim, o homem se tornava apenas um elo de ligação, um ponto de contato e de suporte entre a diversidade de forças da natureza e a amplitude cósmica reconhecidas:

Existe, entretanto, nesse espaço sulcado em todas as direções, um ponto privilegiado[...]: esse ponto é o homem; ele está em proporção com o céu, assim como com os animais e as plantas, assim como com a terra, os metais, as estalactites ou as tempestades. Erguido entre as faces do mundo, tem relação com o firmamento (seu rosto está para seu corpo como a face do céu está para o éter; seu pulso bate-lhe nas veias como os astros circulam segundo suas vias próprias; as sete aberturas formam no seu rosto o que são os sete planetas do céu); todas essas relações, porém, ele as desloca e as reencontramos, similares, na analogia do animal humano com a terra que habita: sua carne é uma gleba, seus ossos, rochedos, suas veias, grandes rios; sua bexiga é o mar e seus sete membros principais, os sete metais que se escondem no fundo das minas. **O corpo do homem é sempre a metade possível de um atlas universal** (Foucault, 1966, p.38, citado de Crolliu, "Traité des signatures", p. 88.)

Ou, conforme as palavras de Paracelso, "o homem descobrirá que contém 'as estrelas no interior de si mesmo [...], e que assim carrega o firmamento com todas as influências.'"(Foucault, 1966, p.37, citado de Paracelso, "Liber Paramirum". Trad. francesa de Grillot de Givry. Paris, 1913, p.3.).

De tal forma que conceber a natureza humana como foco de estudo separado do infinito simplesmente era inconcebível ou epistemologicamente impossível.

Ou seja, o corpo e a alma renascentistas estão atravessados pela infinitude cósmica, que os preenche e, concomitantemente, os indifere, impossibilitando a emersão de indivíduos enquanto entes singulares.

Em outras palavras: natureza, divindade, o mundo e o homem são lançados a uma constante interligação, na qual pensamento e percepção se voltam para produzir laços de união entre esses vários "planos" do universo, e não as rupturas e as diferenças, as quais se tornarão futuramente indispensáveis para o exercício do pensamento científico.

Estamos muito distantes de um corpo subdividido em categorias distintas a serem dissecadas, com a "epistémê" e as metodologias singulares, típicas dos diversos ramos da ciência. O corpo existe enquanto mero plano de projeção de instâncias superiores; ou dos níveis básicos elementares, enquanto forças construtoras da Natureza. A categoria física do corpo é uma realidade mas enquanto grade de suporte de complexas interações cósmico-naturais que, simultaneamente, a compõem e a unificam a uma realidade que transcende sua constituição mundana, visto que tal constituição é mera metamorfose aparente de sua proveniência cósmica materialmente ocultada.

Ou seja, o caráter transcendental do corpo é uma condição “a priori” de sua natureza e todo discurso a respeito das relações corpóreo-anímicas só atinge sua plenitude ao atingir tal instância cósmica o que, em termos efetivos, o reduz a uma mínima visibilidade pontual, remetida ao Absoluto, se não fosse a presença praticamente residual de tal corporeidade enquanto sustentáculo da sua própria divinização e/ou da sua unificação às forças telúricas.

O corpo é o lugar da transição entre a Natureza e o Absoluto. E, se é reconhecível a íntima relação entre a corporeidade e o macrocosmo, é a alma que surge como o elemento de ligação final, na medida em que todo essencialismo anímico religa os homens à sua natureza supracorpórea, e submete o corpo a uma linguagem de exaltação máxima de um Deus Absoluto.

Desta maneira, é possível reconhecer que, mesmo nos trabalhos nos quais a questão corpo/alma possui um peso relativamente menor, já se observa a construção arqueológica de um discurso que destaca a “captura” do corpo por uma alma que nele se “encrava” ligando os sentidos corpóreos ao infinito.

3

TRANSMUTAÇÕES DO CORPO E DA ALMA ENTRE A
RENASCENÇA E O PERÍODO CLÁSSICO: DO
“CORPO-PONTUAL” AO “CORPO-SUPERFÍCIE”

3.1 Aspectos Gerais do Classicismo

O advento da Época Clássica, no transcurso dos séculos XVII e XVIII, se caracterizou por uma desvalorização da "epistémê" da Renascença, a qual, conforme visto, se embasava em princípios que buscavam incessantes semelhanças entre o homem e a Divindade, o microcosmo e o macrocosmo, o terreno e o supremo, o material e o supra-físico.

Como peculiaridade de tal transição, verifica-se a perda de relevância de tais jogos de semelhanças fundamentadores do período da Renascença. Destarte, "no século XVI, a semelhança estava ligada a um sistema de signos; e era sua interpretação que abria o campo dos conhecimentos concretos. A partir do século XVII, a semelhança é repelida para os confins do saber, do lado de suas mais baixas e mais humildes

fronteiras. Lá, ela se liga à imaginação, às repetições incertas, às analogias nebulosas." Foucault, 1966, p.34)

Para melhor analisar esta etapa, é preciso destacar a própria conceituação de "epistémê" elaborada por Foucault sobre a Época Clássica, enquanto "um sistema articulado de uma *máthêsis*, de uma *taxinomia* e de uma *análise genética*. As ciências trazem sempre consigo o projeto mesmo longínquo de uma exaustiva colocação em ordem: apontam sempre para a descoberta de elementos simples e de sua composição progressiva; e, no meio deles, elas formam quadro, exposição de conhecimentos, num sistema contemporâneo de si próprio. O centro do saber, nos séculos XVII e XVIII, é o *quadro*. Quanto aos grandes debates que ocuparam a opinião, alojam-se muito naturalmente nas dobras dessa organização." (Foucault, 1966, p.89)

Portanto, segundo Foucault, a Época Clássica se inscreve feito um período de multiplicação e profusão de uma linguagem voltada para a ordenação dos diversos seres vivos da natureza, com o intuito de estabelecer uma taxinomia classificatória da diversidade da vida no planeta. Neste sentido, surge o exercício intensivo do homem de sistematizar os reinos animal, vegetal e mineral, discriminando-os através de nomenclaturas articuladas, passíveis de coordenar a distinção das manifestações da natureza através de signos que distinguissem cada tipo de ente natural, um do outro. Ou seja, o conhecimento passa a ser elaborado no sentido de gerar representações sobre o mundo em sua multiplicidade de formas e seres, diferenciá-los, classificá-los e "especializá-los" através da superfície de uma linguagem que os alinhava e os esquadrihava, distinta e especificadoramente.

Foucault elucida que "um sistema arbitrário de signos deve permitir a análise das coisas nos seus mais simples elementos; deve decompor até a origem; mas deve também mostrar como são possíveis combinações desses elementos e permitir a gênese ideal na complexidade das coisas."(Foucault, 1966, p.77)

Assim sendo, destaca-se uma das grandes transformações singulares deste período, em termos de evolução do pensamento no ocidente:

"[...] o que o pensamento clássico faz surgir é o poder do discurso. Isto é, da linguagem, na medida em que ela representa - a linguagem que nomeia, que recorta, que combina, que articula e desarticula as coisas, tornando-as visíveis na transparência das palavras. Nesse papel, a linguagem transforma a seqüência das percepções em quadro e, em retorno, recorta o contínuo dos seres em caracteres. Lá onde há discurso, as representações se expõem e se articulam (Foucault, 1966, pp.326/327).

O que se ressalta desta concentração inovadora do poder discursivo é a conseqüente constatação de que o homem, enquanto estudioso da natureza, pode exercer seu poder imaginativo discriminador da realidade circundante, estabelecendo um reconhecimento do mundo natural sobre uma epistemologia ainda ímpar, até tal período. Ou seja, há uma correlação direta entre uma densificação do poder do discurso associada a um implemento da imaginação ordenadora do pesquisador diante da "seqüência de percepções", despertadas pelo mundo, atravessando seus próprios sentidos.

Se na Renascença o homem se posicionava como um mero ponto de apoio das imbricações entre o micro e o macrocosmo, no Classicismo ele passa a exercer as funções do espírito que discernem e identificam cada reino da natureza, subdividindo-o em categorias próprias, arrolando-o de forma ordenada e dispendo cada ser vivo de acordo com suas características

peculiares. Por sua vez, destaca-se que todos os elementos da natureza se inserem enquanto frutos da criação de Deus, do qual o homem passa a desenvolver as funções de um verdadeiro "esquadrinhador" das criaturas divinas, mas através de uma atuação distintiva no pensamento ocidental: ele se torna o ordenador do mundo criado.

Sob tal prisma, Foucault ressalta que o trabalho dos saberes nesta etapa voltava-se para a representação dos diversos reinos da natureza através do descobrimento de marcas reconhecíveis das peculiaridades das coisas, no contexto específico de cada reino estudado, de forma tal que o historiador da natureza

tinha por tarefa estabelecer a grande compilação dos documentos e dos signos - de tudo o que, através do mundo, podia constituir como que uma marca. Era ele o encarregado de restituir linguagem a todas as palavras encobertas. Sua existência se definia menos pelo olhar que pela repetição, por uma palavra segunda que pronunciava de novo tantas palavras ensurdecidas (Foucault, 1966, p.144).

Mas o homem não era fonte transcendental de significação porque o sentido já estava pronto, enquanto imanência proveniente de Deus. Cabia ao homem, portanto, passar para a ordem convencional da linguagem um sentido que já estava impregnado originariamente nas coisas. Em outros termos, o problema da *correspondência* entre as palavras e as coisas reduzia-se, no classicismo, à tarefa de ordenar a grande criação celestial.

Sob outro aspecto, na medida em que o homem elabora o mapeamento dos vários reinos da natureza, ele se volta aos "*temas vitalistas*" como uma de suas frentes de trabalho, através da constituição de um saber em construção então denominado de "*história natural*".

Tais temas vitalistas poderiam, virtualmente, se desdobrar sobre eventuais questões corpóreo-anímicas, na medida em que a questão dos seres vivos poderia assinalar caminhos novos sobre um estudo acurado e especializado sobre o corpo humano e as vicissitudes da "alma" nele imanentes. Mas não é tal evento que se vislumbra, como veremos a seguir.

3.2 Aspectos da Vida, do Homem e do Corpo/Alma no Período Clássico

Foucault nega a existência das "*ciências da vida*" (dentre elas, a Biologia) na Época Clássica e argumenta que

até o fim do século XVIII, **a vida não existe. Apenas existem seres vivos.** Estes formam uma, ou antes, várias classes na série de todas as coisas do mundo: e se se pode falar da vida, é somente como de um caráter - no sentido taxinômico da palavra - na universal distribuição dos seres." (Foucault, 1966, p.75, grifo nosso)

Nesta medida, Foucault ressalta o anseio contemporâneo dos pesquisadores que pretendem reconstituir "ao que parece, o que foram nos séculos XVII e XVIII as 'ciências da vida', da 'natureza' ou do 'homem'. Esquece-se simplesmente que nem o homem, nem a vida, nem a natureza são domínios que se oferecem espontânea e passivamente à curiosidade do saber." Ou seja, na Época Clássica

a vida não constitui um limiar manifesto a partir do qual formas inteiramente novas do saber são requeridas. Ela é uma categoria de classificação, relativa, como todas as outras, aos critérios que se fixarem. E , como todas as outras, submetida a certas imprecisões desde que se trate de fixar-lhe as fronteiras (...). Mas o corte entre o vivo e o não-vivo jamais é um problema decisivo (Foucault, 1966, p.176-grifo nosso).

Tais colocações de Foucault ressaltam a ausência de problematização de diversos aspectos que, "a posteriori", foram sendo soerguidos através dos discursos humanistas e adquirindo *posições-chaves* enquanto bases de articulação de uma linguagem subjetivadora do homem. Neste sentido, observa-se que a própria díade corpo/alma ainda não se manifesta como fonte matricial de estudos de cunho humanista/antropológico, com suas variadas vertentes subjetivadoras, sob as mais diversas categorias de saberes. Isto é:

Antes do fim do século XVIII, o *homem* não existia [...] Sem dúvida, as ciências naturais trataram do homem como de uma espécie ou de um gênero [...] Mas não havia consciência epistemológica do homem como tal. A epistémê clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um domínio próprio e específico do homem (Foucault, 1966, p.324).

Mais especificadamente:

Os temas modernos de um indivíduo que vive, fala e trabalha segundo as leis de uma economia, de uma filologia e de uma biologia, mas que, por uma espécie de torção interna e de superposição, teria recebido, pelo jogo dessas próprias leis, o direito de conhecê-las e de colocá-las inteiramente à luz, todos esses temas, para nós familiares e ligados à existência das 'ciências humanas' são excluídos pelo pensamento clássico: não era possível naquele tempo que se erguesse, no limite do mundo, essa estrutura estranha de um ser cuja natureza (a que o determina, o detém e o atravessa desde o fundo dos tempos) consistisse em conhecer a natureza e, por conseguinte, a si mesmo como ser natural (Foucault, 1966, p.327).

Em livros posteriores (em especial em "Vigiar e Punir", conforme será discorrido nos próximos capítulos) Foucault avançará nos seus estudos e reconhecerá que a intensificação dos exercício dos poderes/saberes sobre o corpo se deu focalizadamente através do desenvolvimento do conceito de

"humanidade", tendo se estabelecido um estreito vínculo entre o Direito e "as ciências da vida", (dentre elas a Biologia e a Medicina, principalmente na gênese da Modernidade) em um processo no qual os laudos médicos e as perícias corpóreas, exigidas pelo exercício do Direito, fundamentaram todo um aprimoramento de uma rede de novas conformações "humanizadoras" do corpo e da alma.

3.3 "Vestígios Arqueológicos" de Estudos Corpóreos em Reinos "Não Humanos", na Época Clássica

Com tais prerrogativas de estudos, a importância da edificação de um "espaço taxinômico de visibilidade" poderia encontrar no corpo um suporte privilegiado para sua implementação. Mas, paradoxalmente, o caráter superficial da classificação dos seres levou à desqualificação dos corpos animais e da anatomia (em virtude da complexidade de tais corpos e de tais investigações) enquanto objetos de pesquisa, só voltando a ocupar um local de destaque científico, no fim do século XVIII, através dos estudos de Cuvier (Foucault, 1966, p.152).

Por outro lado, nos séculos XVI e XVII, ocorreu a valorização das plantas, o que determinou o avanço dos estudos botânicos. Sobre tal assunto, Foucault (1966) considera que

a disposição fundamental do visível e do enunciável não passa mais pela espessura do corpo. Daí o primado epistemológico da botânica: é que o espaço comum às palavras e às coisas constituía para as plantas uma grade muito mais acolhedora [...] na medida em que muitos órgãos constitutivos são visíveis na planta e não o são nos animais(p.151).

Quanto à postura do pesquisador diante da pesquisa no Classicismo, identifica-se uma dessensibilização corpóreo/anímica como fundamental para permitir o esquadramento dos reinos a serem elencados.

Isto se clarifica na medida em que Foucault ressalta a minimização dos apelos sensoriais do pesquisador ao efetuar suas investigações, de forma a ocorrer a

exclusão, sem dúvida, de ouvir-dizer; mas exclusão também do gosto e do sabor, porque com sua incerteza, com sua variabilidade, não permitem uma análise em elementos distintos que seja universalmente aceitável. Limitação muito estreita do tato na designação de algumas oposições bastantes evidentes (como as do liso e do rugoso); privilégio quase exclusivo da vista, que é o sentido da evidência e da extensão (Foucault, 1966, p.146).

Tais posicionamentos do pesquisador face ao objeto a ser pesquisado sinalizam para uma verdadeira *arqueologia das disposições corpóreas do homem enquanto estudioso*, e explicitam uma noção de campo corporal/sensório do sujeito pesquisador, de forma a ser possível reconhecer que "esse campo, muito mais do que o acolhimento enfim atento às próprias coisas, define a condição de possibilidade da história natural e do aparecimento de seus objetos filtrados: linhas, superfícies, formas, relevos" (Foucault, 1966, p.147). Em outras palavras, a disposição corpóreo-anímica dos intelectuais da Época Clássica propiciaram a produção do conhecimento peculiar deste período, no qual os corpos estudados eram revestidos de um caráter de uma *mínima visibilidade*, suficiente e restrita para os preenchimentos dos seguintes pressupostos a seguir:

[...] observar é, pois, contentar-se com ver. Ver sistematicamente pouca coisa [...] As representações visuais vão enfim oferecer à história natural o que constitui seu objeto próprio [...] Esse objeto é a extensão de que são constituídos os seres da natureza - extensão que pode ser afetada por quatro variáveis. E somente por quatro variáveis:

forma dos elementos, quantidade desses elementos, maneira como eles se distribuem no espaço uns em relação aos outros, grandeza relativa de cada um (Foucault, 1966, p.148).

Ou seja, reafirma-se aqui o objetivo exclusivamente nomeador dos seres vivos desta fase histórica: não se buscava esmiuçar os reinos da natureza, de forma individualizada e pormenorizada, com o intuito de reconhecê-los, até o esgotamento de todas as suas variáveis constitutivas. O que se almejava era a definição e o acesso a uma certa *economia de marcas corpóreas*, de forma a permitir a mais eficaz e contínua nomenclatura e representação dos animais, vegetais e minerais, tornando-os visíveis, na sua multiplicidade difusa:

O método, alma da ciência, designa à primeira vista qualquer corpo da natureza, de tal sorte que este corpo enuncia o nome que lhe é próprio, e que esse nome evoca todos os conhecimentos que puderam ser adquiridos no curso do tempo acerca do corpo assim nomeado: de modo que na extrema confusão se descobre a ordem soberana da natureza (Foucault, 1966, p.174).

3.4 Uma Analítica sobre o Corpo e a Alma no Renascimento e na Época Clássica

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, o corpo na Renascença era valorizado feito uma pontualidade mínima, de caráter transitivo, sobre o qual se discorriam incessantes teias lingüísticas de semelhanças entre o micro e o macrocosmo.

Em outras palavras, depara-se com um *corpo renascentista* cuja "dimensão", no âmbito do Pensamento Ocidental deste período, pode ser figurativamente considerado como sendo o "*corpo-pontual*", na medida em que se reveste de um caráter residual, perante outras realidades lingüísticas

que não só o absorvem, como apenas o significam face à sua utilidade de ponto de apoio para outras significações lingüísticas que não as "suas", historicamente constituídas. Tais realidades são o *microcosmo*, enquanto elementos constitutivos da natureza; e o *macrocosmo*, tanto na sua concepção constelar como na sua conotação espiritual/onipotente.

Contudo, na Época Clássica, é possível estabelecer novos parâmetros, no que se refere à corporeidade.

Conforme dissemos, o período clássico se mostrou como um período no qual se edifica toda uma epistemologia que propicia ao pesquisador um olhar superficial sobre os reinos naturais, estritamente suficiente para reconhecê-los, nomeá-los e esquadrinhá-los.

Esta verdadeira redistribuição do olhar do pesquisador permitiu a transformação do "*corpo-pontual*" em um corpo composto de "linhas, superfícies, formas, relevos", tendo a botânica ascendido em relevância perante o reino animal, pelo caráter facilitador de sua visibilidade.

No entanto, é interessante redestacar a gênese de um novo espírito imaginativo e ordenador do pesquisador clássico como um fator sócio-histórico que, mesmo diante da já apresentada economia perceptual de sua disposição e posicionamento nos momentos de pesquisa, é um dado estratégico importante que será assumido e re-significado na consolidação dos discursos humanistas, na etapa do Pensamento Moderno.

4

A ENTRADA DO “HOMEM”, DA “VIDA”
E DO “CORPO ESPACIALIZADO NA HISTÓRIA,
EM SUA MÁXIMA VISIBILIDADE E SIGNIFICAÇÃO

4.1 A Entrada do "Homem" na História

Ao se reconhecer que a Renascença se caracterizou pela conformação de uma "*epistémê*" consolidadora de elos de semelhanças entre o micro e o macrocosmo, reduzindo a figura discursiva do homem a uma condição transitiva e pontual; e se, durante o Classicismo, a natureza surgia feito uma multiplicidade de reinos a serem esquadrihados sem que, contudo, houvesse espaço para o homem como categoria distinta a ser discriminada em tal quadro clássico, o advento da Modernidade vem estabelecer novos horizontes epistemológicos em uma rearticulação da linguagem propiciadora

de uma miríade de discursos produzidos ao redor da questão do homem e de sua natureza finita, o que permitiu a definição de um contexto discursivo singularizado sobre as questões concernentes ao homem, enquanto *medida de todas as coisas*.

Como conseqüência, esse reposicionamento representativo advindo do surgimento do "homem" na História enquanto foco de significação, gerou uma reordenação discursiva dos demais seres vivos de forma que, "na representação, os seres agora não manifestam mais sua identidade, mas a relação exterior que estabelecem com o ser humano." (Foucault, 1966, p.329)

Ou seja, doravante o homem passa a se destacar dos demais seres da natureza enquanto um domínio diferenciado e específico a ser estudado, servindo, portanto, como novo ponto de apoio a renovadas conformações de saberes em produção, e ao qual todos os outros reinos da natureza deveriam se reportar.

É justamente esta definição do "homem" como medida para todos os reinos da natureza que se tornou um dos deslocamentos mais marcantes empreendidos pelo efeito de conjunto provocado pela Modernidade¹, promotor de uma "reviravolta" na articulação epistemológica, de forma que o homem, antes excluído do quadro clássico, passa a ser o elemento central da coordenação tanto das pesquisas dos seres vivos como dos saberes científicos em geral.

¹ Aliás, este surgimento do "homem-medida" não se restringe apenas ao âmbito da classificação e estudo dos seres vivos, conforme será aprofundado na II Parte deste estudo.

Assim sendo, tal "métrica humanista" dos saberes emerge de maneira que "o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece"(Foucault, 1966, p.328), o que era inconcebível, conforme já dito, na Renascença, em virtude da significação residual proferida ao homem e às disposições discursivas a ele referentes; ou no Classicismo, pois tal "homem" era excluído do quadro clássico perante a "impossibilidade" histórica de se pensar o homem enquanto sujeito e objeto de conhecimento².

Rabinow/Dreyfus comentam tal questão, a partir do seguinte prisma:

[...] a atividade humana de construir o quadro não podia ser representada; havia, na hierarquia de Deus, um lugar superior para o sujeito de conhecimento, enquanto animal racional, mas não para aquele que representava, pois o homem, tipo de ser especial e diferente - aquele que ordena o sujeito -, não poderia ter um lugar no quadro que ele mesmo organizou [...] Na Época Clássica, não havia lugar para o homem que era, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da ordenação. O homem não pode fazer parte do quadro clássico sem que todo um sistema se modifique radicalmente (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.23).

Assim sendo, comparativamente às outras duas fases do Pensamento Ocidental já estudadas, "lá onde outrora havia correlação entre uma *metafísica* da representação e do infinito [a Renascença] e uma *análise* dos seres vivos [o Classicismo], [...] vê-se constituir uma *analítica* da finitude e da existência humana [a Modernidade] [...]"(Foucault, 1966, p.333)

Por conseguinte, no final do século XVIII, ocorre uma importante modificação axial do sistema de pensamento ocidental através do evento sócio-histórico-cultural caracterizado por Foucault, como a "*entrada do*

² Rabinow/Dreyfuss acrescenta a seguinte observação quanto a esta realidade contraditória: "Assim, o homem emerge não apenas como sujeito e objeto de

homem na história". Trata-se da mutação epistemológica denominada de *analítica da finitude do homem*: "é uma analítica [...] em que o ser do homem poderá fundar em sua positividade todas as formas que lhe indicam não ser infinito" (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.22). Ou seja, a partir de tal reconfiguração discursiva, o "homem" passa a ser delineado como uma figura passível de pesquisas empíricas, alicerçada sobre sua própria finitude, tendo o corpo como um "novo" universo a ser vasculhado, analisado e exaustivamente estudado, enquanto objeto de investigação distinto e discriminado.

Em outras palavras, "a Modernidade começa com a incrível e finalmente aproveitável idéia de um ser que é soberano precisamente pela virtude de ser escravizado, um ser cuja finitude lhe permite tomar o lugar de Deus" (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.32). Tais considerações justamente se referem ao processo de desvalorização das leis de similitudes renascentistas, predominantemente focadas para a produção de discursos valorizadores das semelhanças unificadoras entre Deus e o homem, em contraposição ao Pensamento Moderno, que salienta o que havia sido desqualificado no discurso da Renascença: a finitude do homem, constituída como objeto de estudo definível e cindido do Infinito. A Modernidade se materializa como uma verdadeira consagração da natureza finita do homem e sua possibilidade de averiguação positivista que, por sua vez, se debruça sobre a corporeidade humana como um objeto a ser cientificamente dissecado e interpretado.

Por sua vez, verifica-se que a nova conformação da "epistémê" moderna propiciadora desse rearranjo e reposicionamento da noção de "homem", no universo discursivo, foi acompanhada de uma revisão da

conhecimento, mas também, ainda que paradoxalmente, como o organizador do espetáculo

articulação da concepção de "vida" e da sua funcionalidade, enquanto objeto de análise de muitos saberes científicos.

Rabinow/Dreyfuss ressaltam os motivos por que Foucault não esclarece as causas desta mudança epistemológica fundamental: "ele apenas aponta as mudanças ocorridas, recusando as explicações tradicionais da história ou das ciências sociais. Ele não as explica. O motivo desta sua obstinação é menos uma tendência ao obscurantismo do que o simples fato de que qualquer explicação só teria sentido num sistema específico de referência, numa *episteme* específica. Toda explicação dada sobre a passagem de um período para o outro nada acrescentaria à nossa compreensão da natureza fundamentalmente abrupta e inesperada de tais mudanças" (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.30).

4.2 A Entrada da "Vida" na História

Dissemos que nos séculos XVI e XVII ocorreu a valorização das plantas enquanto objeto de estudo, promotora de enormes avanços das investigações botânicas, na medida em que a planta se adequava aos pressupostos de superficialidade, continuidade e universalidade inerentes e indispensáveis à construção do quadro clássico, resultando, em contrapartida, numa menor atenção dada aos corpos animais e à anatomia enquanto objetos de estudo, em virtude da complexidade inerente a tais corpos, os quais só voltaram a ocupar um local de destaque científico, no fim do século XVIII,

através dos estudos de Cuvier e de suas pesquisas anátomo-funcionais dos animais (Foucault, 1966, p.152).

Um dos pontos decorrentes deste processo de reaquisição da importância dos estudos dos animais e da anatomia foi a *introdução de um elemento temporal* desqualificado nos estudos das plantas, e mais destacado na natureza animal, o qual incita um radical redimensionamento da percepção e do olhar investigador em pesquisa: a presença destacada da *vida e da morte*, cravada com pujante visibilidade nos corpos dos animais em geral. Foucault (1966) sinaliza tal aspecto com simplicidade lapidar, ao considerar que "a planta reinava nos confins do movimento e da imobilidade, do sensível e do insensível; já o animal mantém-se nos confins da vida e da morte."(p.293)

O evento da morte se exerce sobre cada reino animal, tanto em intensidade, evidência quanto no momento de sua manifestação, de forma explicitamente mais diferenciada e sensível do que no mundo das plantas. Tal fator é que vai se adequar ao caráter extremamente investigativo e compartimentalizado dos diversos saberes científicos modernos, que se multiplicarão em variadas especialidades estanques enquanto subdivisões emergidas através dos estudos da finitude do homem e do reino animal em geral, típicos de tal "epistémê".

Tal temporalidade, valorizada enquanto aspecto focal da pesquisa científica, implicará em uma ruptura da linearidade e da extensividade universal do quadro clássico, na medida em que a problematização da vida na sua inescapável provisoriedade e descontinuidade, fora incluída como elemento a ser analisado no processo de estudo da *história* dos corpos do reino animal. Esta inclusão gerou, como efeito, a ruptura do quadro clássico e

o estabelecimento de um novo rearranjo dispositivo dos seres vivos, de tal maneira que, "quando o quadro da história natural foi dissociado, os seres vivos foram dispersados, mas reagrupados, ao contrário, em torno do **enigma da vida**." (Foucault, 1966, p.320 – grifo nosso)

É possível esclarecer tal rearticulação epistemológica na medida em que se relembram as características constitutivas da taxinomia clássica:

Edificava-se esta inteiramente a partir das quatro variáveis de descrição (formas, número, disposição, grandeza) que eram percorridas, como num só movimento, pela linguagem e pelo olhar; e, nessa exposição do visível, a vida aparecia como o efeito de um recorte - simples fronteira classificatória (Foucault, 1966, p.284).

Tal caráter meramente classificatório da noção de "vida" era um dos fatores asseguradores da continuidade, entre os vários seres, no seu processo de produção da ordenação do quadro do Classicismo, de maneira que "na época clássica, os seres naturais formavam um conjunto contínuo porque eram seres e não havia razão para a interrupção de seu desdobramento." (Foucault, 1966, p.288)

Neste contexto, foi o destaque auferido à díade vida/morte enquanto variável a ser considerada na racionalização dos reinos da natureza o que permitiu um novo posicionamento sobre todos os corpos dos seres vivos da natureza e que ocasionou o exaurimento da epistemologia clássica, pois o posicionamento do pesquisador moderno, ao se enveredar profundamente sobre a realidade corpórea dos animais, representou a inclusão, no universo discursivo das ciências, de "uma massa profunda de tempo à qual se dará nome de *história*"(Foucault, 1966, p.152) que, nesse contexto específico, se refere à história do processo vital-temporal dos seres vivos e das alterações corpóreas dele decorrentes, inerentes ao seu ciclo de vida e de morte:

[...] Assim desaparece o projeto de uma taxinomia geral; assim desaparece a possibilidade de desenrolar uma grande ordem natural, que iria sem descontinuidade do mais simples e do mais inerte ao mais vivo e ao mais complexo; assim desaparece a procura da ordem como solo e fundamento de uma ciência geral da natureza. (Foucault, 1966, p.284)

4.3 A Entrada do "Corpo" na História

A entrada do "homem" na História só se tornou efetiva na medida em que a concomitante produção dos múltiplos saberes científicos, típicos do pensamento analítico da Modernidade, tiveram como ponto de apoio o corpo do homem "moderno".

Para tanto, promoveu-se uma ampliação da *espacialidade do corpo* no universo dos discursos, na medida em que o corpo se tornou o suporte das persistentes indagações das ciências em surgimento sobre o que vem a ser o "homem", em seus mais diversos campos de estudo. E, além de tal ampliação da espacialidade discursiva do corpo, uma *centralização do corpo* como foco dos estudos sobre a finitude do homem, no âmbito da linguagem.

A partir da Modernidade, então, cria-se uma profusão intensa de "verdades" sobre o que é o corpo humano, enfocada sobre os mais diversos saberes emergentes: a Medicina, a Biologia, a Antropologia, as Ciências Sociais, a Economia, a Demografia, a Psiquiatria, o Direito, a Psicologia, a Higiene, a Política.

Foucault elucida tal movimento cultural-histórico com as seguintes colocações:

[...] No fundamento de todas as positivities empíricas e do que se pode indicar como limitações concretas à existência do homem, descobre-se uma finitude - que em certo sentido é a mesma: ela é

marcada pela espacialidade do corpo, pela abertura do desejo e pelo tempo da linguagem (Foucault, 1966, p.331).

Neste sentido, o corpo passa por *dois deslocamentos transformadores de sua disposição no campo dos discursos*, no que tange ao âmbito das três "epistémês" do pensamento ocidental, analisadas por Foucault.

Por um lado, foi a partir da Modernidade que a corporeidade obteve um "*status*" de *profundidade a ser discursivamente vasculhada, definida e explorada*, de forma que a tridimensionalidade física dos corpos passa a ser validada como contexto epistemologicamente passível de se tornar objeto de pesquisa, em todas as suas angulações e nivelações, que passaram a ser construídas no domínio especificado de cada ciência.

Tal evento se elucida ao se comparar as disposições corpóreas nos períodos anteriores da história das epistemologias: na Renascença, o corpo se apresentava apenas como mera pontualidade residual, encravada na sua *quase* invisibilidade, na correlação das semelhanças articuladas entre o micro e o macrocosmo. No Classicismo, o "corpo-superfície", cujos mínimos acesso e visibilidade discursiva ressaltam-lhe apenas certas sinalizações gerais - tais como ranhuras, linhas, fissuras inscritas na superfície dos corpos dos seres vivos em geral - era visado com o objetivo exclusivo de estabelecer a sua mera representação e discriminação classificadora e esquadrinhadora de tais seres.

Por sua vez, na Modernidade é que se descortina o corpo em sua realidade tridimensional: o corpo se avoluma e contém dimensões espaciais a serem claramente discriminadas; possui disposições funcionais (respiração,

circulação, digestão, dentre outras), as quais passam a ocupar um lugar privilegiado nas pesquisas; possui uma série de sentidos e percepções que precisam ser enumeradas e analisadas, as quais, por sua vez, provocam uma série distinta de estimulações a todos os sentidos do pesquisador; está sujeito aos processos desenvolvimentistas (os quais, então, passarão a ser discriminados) advindos do transpassar do tempo e das transmutações e peculiaridades da cultura, da história e da sociedade; passa a ser um corpo que, na somatória com outros corpos, produz a concretude fundamentadora da noção de população e de suas implicações demográficas; se tornará a fonte intrigante de inúmeras pulsões e forças instintuais ancestrais; se configurará como o ponto de apoio de diversos diagnósticos que elencarão uma série constantemente renovável de patologias, desvios comportamentais e a imanência de vários padrões de normalidade.

Enfim, desde a Modernidade até a sociedade contemporânea, o corpo se transforma em uma fonte múltipla de indagações a serem percorridas pelas ciências então nascentes e, atualmente, em perene produção de renovadas "verdades" sobre as articulações corpóreo-anímicas.

Ou seja, ao contrário do Classicismo, o corpo "moderno" é lançado a duas máximas: a uma *máxima sensibilização perceptual do pesquisador* sobre tais corpos, visando desvendar os "mistérios" de um corpo paradoxalmente produzido pela própria profusão do discurso científico que o percebe e o enfoca; e a uma *máxima significação do corpo*, em um jogo intrincado de criação de "verdades" que forma uma complexa rede de conceituações anímicas, ao seu redor, legitimadas por um saber científico

complexamente elaborado e produtor de um poder que alcança, conforme as palavras de Foucault, diretamente tal corporeidade.

Conseqüentemente, tais máximas embasam o surgimento de uma terceira confirmação importante quanto ao "corpo moderno": o corpo passa a ser configurado sob uma ótica e analítica *de máxima visibilidade*.

O segundo deslocamento que ocorre na disposição do corpo na ordem do discurso com o advento da Modernidade, é que ele não só é "validado" como objeto distinto e definido das pesquisas científicas, adquirindo um contorno de máxima visibilidade investigativa, como passa a ocupar uma *posição central* multiplicadora de suas significações no processo de elaboração de verdades sobre o homem moderno.

Neste sentido, Foucault destaca a estreita relação entre a analítica da finitude do homem e a corporeidade como um de seus fundamentos centrais:

[...] Mas, à experiência do homem é dado um corpo que é seu corpo - fragmento de espaço ambíguo, cuja espacialidade própria e irreduzível se articula contudo com o espaço das coisas[...] Isso quer dizer que cada uma dessas formas positivas, em que o homem pode aprender que é finito, só lhe é dada com base na sua própria finitude. Ora, esta não é a essência melhor purificada da positividade, mas aquilo a partir do que é possível que ela apareça. O modo de ser da vida e aquilo mesmo que faz com que a vida não exista sem me prescrever suas formas me são dados, fundamentalmente, por meu corpo [...](Foucault, 1966, p.331).

De maneira que a realidade corpórea, com a sua característica inevitavelmente contaminada pelas vicissitudes e pelos embates históricos do mundo é, senão o melhor dos pontos de apoio, simplesmente o *possível* para a fundamentação de tais positivities.

Parte II

Aspectos Específicos
do Corpo e Da Alma
na Obra de
Michel Foucault

5

O CORPO/ALMA DO REI**E****O CORPO/ALMA DO CONDENADO****5.1 Introdução**

O trabalho histórico-filosófico de Foucault não apenas investigou a questão da corporeidade a partir das transmutações discursivas provocadas pelo avanço das ciências, em virtude das alterações epistemológicas do pensamento na sociedade ocidental, como também gerou reflexões sobre a temática do corpo e da alma diante de outras etapas do desenvolvimento cultural do homem, não diretamente voltadas para os assuntos inerentes aos estudos científicos.

Com este capítulo iniciamos a apresentação da fase genealógica de Foucault, na qual Foucault alarga o campo de investigação da epistémê, centrada até então na análise do discurso, para o campo das práticas sociais das quais faz parte a própria ciência. . Com o que se lançam algumas luzes sobre as mudanças epistemológicas apresentadas em “As Palavras e as Coisas”.

Neste capítulo apresenta-se a correlação do trinômio corpo/vida/alma em sua conformação diante da figura mítica do *rei*, marcada por uma construção discursivo-simbólica que revestia o rei de uma natureza corpóreo-anímica ímpar, enquanto eterna e divina. Também será apreciada a questão do "imperium" do monarca sobre a vida e a morte de seus súditos, com suas conseqüências marcantes sobre os corpos e as almas destes indivíduos, em especial dos condenados.

O interessante de tal apresentação se deve ao fato de permitir correlacionar a importância estratégico-discursiva do corpo enquanto sustentáculo de poder, centralizado sobre a corporeidade do rei e os saberes desenvolvidos em torno da materialidade física do "homem" moderno. Além disso, tal enfoque possibilitará aprofundar, nos capítulos seguintes, o processo de deslocamento de poder, efetuado no transcurso de poucos séculos, das "mãos" do monarca para o alcance de uma multiplicidade de indivíduos responsáveis pela produção dos saberes que edificaram o homem enquanto *medida de todas as coisas*: os cientistas e os pensadores de inspiração humanista, em geral.

5.2 Sobre o Exercício do Poder do Rei sobre os Corpos/Almas dos seus Súditos

No processo histórico de representação simbólica da figura do rei, verifica-se a configuração de sua onipotência e da mitificação de sua individualidade como materialização terrena de Deus.

Neste sentido, há que se ressaltar que a incorporação de tal signo abrangia a concepção divina no exercício de sua plena ambivalência: o

soberano enquanto detentor do poder celestial de gerar, manter, multiplicar; como também de delimitar, diminuir e até extinguir a vida dos seus seguidores. Neste sentido, tal marca discriminativa celestial conferia ao imperador o poder legitimado de dispor da vida de seus súditos de maneira ampla, de acordo com seu discernimento, seus valores e seu arbítrio e conforme os interesses políticos em jogo.

Segundo Foucault, o “*corpo do rei*” era um “corpo duplo”, composto de uma instância terrena e transitória, visto que perecível, e um outro plano “que permanece através do tempo e se mantém como fundamento físico mas intangível do reino”. (Foucault, 1975, p.30)

Os estudos foucaultianos sobre o corpo do rei foram embasados sobre as análises históricas desenvolvidas por Kantorowicz sobre tal tema. No entanto, Foucault acresceu a tais estudos alguns importantes questionamentos por ele denominados de sua "homenagem" ao célebre trabalho deste autor.

Destarte, a grande "homenagem" de Foucault ao estudioso das questões do corpo do rei foi delinear os contornos de uma categoria de corporeidade que, em posição simétrica e invertida ao corpo do rei, seria por ele destacada: trata-se do “*mínimo corpo do condenado*”, submetido a toda forma de suplício ou limitação, castigos e regramentos dolorosos conferidos pelo mando absoluto do monarca.

Foucault (1975) ressalta que o corpo do condenado “tem seu estatuto jurídico; reclama seu cerimonial e impõe todo um discurso teórico, não para fundamentar o “*mais poder*” que afetava a pessoa do soberano, mas para codificar o “*menos poder*” que marca os que são submetidos a uma punição.” (p.31)

Assim sendo, em oposição ao corpo do rei, que é siderado e expandido até conter em si a representação de Deus manifesta-se, no sentido contrário, “o corpo mínimo do condenado” – reduzido, subjugado e submetido às delimitações estreitas e negativamente condicionantes da penalidade, de acordo com a vontade e as leis do rei.

No que diz respeito ao exercício do poder do soberano sobre seus súditos, a amplitude de tal prática era de singular dramaticidade, na medida em que o soberano dispunha de um poder “de vida e de morte” (Foucault, 1976, p.128). Tal poder revestia o governante com o “imperium” de poder lançar seus governados à guerra, tanto quanto levá-los à execução sumária, sempre que “ferida” a pessoa do rei. Esta agressão podia ser direta – o regicídio – o crime-mor dentre todos os crimes, tanto quanto indiretamente, sempre que lesados os seus interesses - dispersos sobre uma vasta gama de objetos.

Foucault (1976) esclarece que o poder exercido pelo imperador era “o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”. (p.128)

Neste sentido, destaca-se o caráter **negativo** do poder exercido pelo rei por sobre o seu povo, no que diz respeito ao arquétipo fundamental de todo ser humano, que é a *vida*. O despotismo real, cujo exercício possibilitava gradações que cada vez mais tendiam no sentido de interferir na vida dos súditos de maneira **expropriatória**, permitia ao rei um acesso tanto a patrimônios e à conduta, quanto ao próprio direito à vida dos seus representados, tanto com o intuito de limitar suas relações, como no sentido

de lançá-los à morte, caso a ofensa fosse considerada elevada. E os critérios utilizados para tais decisões constantemente eram norteados por parâmetros subjetivos do rei, sobre os quais não se contrapunham outras vontades humanas ou qualquer concepção de defesa dos direitos dos indivíduos.

O corpo do condenado surge feito um "corpo-pontual" na medida em que tal corpo possui uma significação extremamente reduzida.

Em sua relação com o corpo do rei, o corpo do condenado representa a polaridade de caráter residual meramente alavancadora do caráter centralizador-onipotencializador e de máxima significação do "corpo do rei": o mínimo corpo do condenado enquanto mero efeito reflexo - simétrico e invertido - da edificação nos discursos do corpo do rei.

Destarte, se o corpo do rei, conforme já expresse, possui uma função **negativa-expropriatória** perante os corpos dos seus súditos, em especial face à corporeidade dos condenados, em contrapartida, o corpo do condenado possui a funcionalidade **positiva** de ser o sustentáculo da característica onipotencializadora, despótica e expropriante do rei, tanto no seu âmbito simbólico como no sentido concreto de gravar em tal corporeidade as marcas físicas dos castigos, dos suplícios e de todas as formas e conseqüências de tais privações.

Assim sendo, a questão do corpo do condenado vem se revestir do caráter de **mínima significação** e de **mínima visibilidade** já descrita neste estudo, por ocasião da análise das similitudes renascentistas.

Mas o que se destaca, agora, é seu aspecto político, pois as concepções lingüísticas construídas sobre seu corpo só são erigidas com o intuito de fundamentar o exercício do poder discricionário do monarca.

Por mais abundantes que sejam os discursos concernentes aos interrogatórios, aos inquéritos e às documentações referentes à pessoa do condenado, o que se verifica é a produção de um discurso voltado para estabelecer um liame que sublinha a mínima significação e a mínima visibilidade do binômio corpo/alma do condenado.

Em outras palavras, não se constitui, em torno da corporeidade do castigado, um processo de significação positiva de sua realidade de forma a constituir um domínio discursivo produtor de concepções anímicas diferenciadas na sua relação de submissão perante o imperador. Muito pelo contrário: a produção anímica, ao redor do corpo do condenado, só se instaura no sentido de estabelecer uma mínima significação confirmadora do discernimento absoluto do rei, ao julgar seu súdito merecedor de alguma forma de castigo ou limitação.

Assim, verifica-se a utilização política de um discurso estruturado sobre a inspiração da "epistémê" renascentista associada às leis de semelhança com a produção dos extremos de disposições corpóreo-anímicas: o *máximo/duplo corpo/alma do rei* e o *mínimo/pontual corpo/alma do condenado*.

6

O "CORPO-SUPLÍCIO"

O estudo da constituição do pensamento ocidental levou Foucault a demonstrar a posição cada vez mais central e privilegiada do corpo neste processo histórico.

Mas, foi a partir da sua *fase genealógica*, inaugurada pelo livro “Vigiar e Punir”, que o corpo passou a não ser considerado apenas no âmbito dos discursos das ciências mas a ser relacionado com uma série de práticas sociais, através das quais relações de poder e de saber passaram a ter acesso direto sobre os corpos.

Essas análises têm, como ponto de partida, a extinção dos suplícios, com a decorrente suavização das penas e o desenvolvimento das prisões.

Foucault (1975) estuda o suplício a partir da definição de Jacourt: o suplício é uma “pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz [...] é um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade.”(p. 34, citado de Encyclopédie, verbete suplício)

No contexto da conceituação dos suplícios, Foucault (1975) destacou os três critérios principais constitutivos de tal punição:

1° - "***Produzir uma certa quantidade de sofrimento que, se não se pode medir exatamente, se pode ao menos apreciar, comparar e hierarquizar.***" (pp.34/35)

Sob este aspecto, ressalta-se o caráter intencional do prolongamento do sofrimento do supliciado, no sentido de que os carrascos tinham como aprimoramento de sua técnica a arte de imprimir uma dor lenta e gradativa, com o intuito de estender o suplício ao máximo, no sentido de potencializar ao extremo o martírio do condenado, para que sua morte fosse deliberadamente lenta e dolorosa.

Conforme destaca Foucault (1975), "a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em *mil mortes*."(pp.34/35-grifo nosso)

Destarte, o objetivo de tal técnica era provocar, no corpo do condenado, o mesmo nível de sofrimento por ele praticado sobre a vítima do seu crime, da maneira mais expiatória possível.

2° - ***Em relação à vítima, o suplício deve ser marcante, a ponto de imprimir marcas que não se apaguem.***(Foucault, 1975, p.35)

Tal registro corporal de dor e de sofrimento deve ser suficientemente marcante de forma a que imprima, tanto na memória "intelectual" como na memória "corporal" do criminoso, a cicatriz ostensiva e duradoura de tal penúria.

Tais sinais têm o caráter de manter acesa, na memória do condenado, a lembrança da punição à qual foi submetido, visando provocar no

sentenciado tanto a confissão do crime como o seu arrependimento, como também expor, sempre que possível, tal processo de instauração de marcas à exposição pública com o objetivo de que o supliciado seja utilizado como exemplo do que ocorre a um indivíduo que afronta os interesses do rei.

3° - "*Pelo lado da Justiça, tal ritual é ostentoso, constatado por todos, triunfal.*"(Foucault, 1975 , pp.34/35)

Neste sentido, os detentores do poder utilizam de um verdadeiro “teatro das punições” para, através de um cerimonial pré-determinado, exercer uma reativação de poder sobre o corpo dos condenados. Desta maneira, o ritual do suplício é um “ritual político”, com o intuito de “reconstituir a soberania lesada por um instante”. (Foucault, 1975 , pp.45/46)

Ou seja, o exercício do suplício é uma forma de inscrever, física e dolorosamente, toda uma intencionalidade histórico-política, legitimada através da elaboração de um minucioso ritual de mortificação, que só se efetiva na medida em que imprime sua marca no corpo físico do condenado.

Indiretamente, tal ostentação dos suplícios reforça o acesso aos corpos dos demais súditos, no que diz respeito ao poder do rei – na sua forma latente e em potencial. Assim sendo, permite a atualização da articulação do poder pelos que dele se apropriam – no caso específico, o rei – tanto na sua expressividade visível, através do suplício do condenado, como também (e, de certa forma, até com maior importância, em termos de manutenção de uma posição estratégica de exercício de poder) perante todos os seus súditos, que têm reforçada a imagem de potência superior do seu governante-mor. Em outras palavras, fazendo “funcionar a dissimetria entre súdito-soberano”. (Foucault, 1975, p.50)

Em ambos os casos, ressalta-se a fundamental presença do corpo como ponto de consolidação do poder: permite que se afirme continuamente o “mais poder” do corpo real; mantém o “status” de submissão ao rei do corpo dos súditos em geral e é o apoio físico no qual se imprime a marca fatal e definitiva no cidadão condenado, despido, pelas conseqüências finais dos suplícios, de sua própria existência.

Foucault (1975) salienta certas singularidades do período histórico que propiciaram a existência dos suplícios. Neste sentido, destaca de tal momento sócio-cultural que o “corpo humano não tem a utilidade nem o valor de mercado que lhe serão conferidos em uma sociedade de tipo industrial”; também ressalta que “o desprezo pelo corpo se refere a uma atitude geral em relação à morte, advinda dos valores propagados pelo cristianismo, como também em virtude dos morticínios causados por doenças, pela fome, por epidemias, que determinavam o alto índice de mortalidade, em especial infantil. Tais eventos tornavam “a morte familiar”¹, o que promoveria uma maior assimilação e aceitação dos suplícios, na sua atrocidade corpórea estrutural (p.50).

E constatou que o alcance concentrado do poder real sobre a corporeidade do "supliciável" se instituiu através do ritual judiciário do julgamento, com a decorrente condenação.

Tal instituição vem deslocar o condenado de uma situação de súdito comum, que pode viver sua vida sem limitações ou maiores sofrimentos, para uma situação de possuir a marca do “menos poder” que, em função do exercício da potência divina do rei, projeta o condenado a um estado de impotência; retira seu arbítrio e exaure suas forças no sentido de

impedir paulatinamente a manutenção da sua própria vida; submete-o a um processo de mortificação, gradativo e calculado, de acordo com os interesses políticos e de poder articulados pelos que estrategicamente o detêm, em determinado momento histórico. Desta maneira, “o suplício não restabelecia a justiça: reativava o poder”. (Foucault, 1975, p.46)

Nesta direção, são justamente os cerimoniais da justiça real que serão os promotores do ato de se inscrever, sobre o corpo do súdito, a nova conformação anímica supliciante propiciadora de tal exercício de poder.

É a partir da instauração dos cerimoniais judiciários, com seu caráter investigativo e ritual, que ocorre a transposição da elaboração discursivo-abstrata das teorias do suplício para uma prática ostensivamente corporal.

É, sob tal égide, que se inverte a centralização dos sujeitos face a tais proposições: se, enquanto discurso/abstração, o corpo/alma do rei é um "palco" intensivamente usado para que uma linguagem desenvolva ao máximo sua significação, em oposição ao corpo/alma do condenado minimamente significado, a partir do instante em que a prática atroz e dolorosa se avizinha de sua consumação, o corpo do condenado passa ascendentemente a ocupar o centro das significações, com o intuito de revestir a alma do súdito de uma nova "rede" de significações, que a atravessa pelo novo desígnio de "**alma supliciável**".

Foucault considera que o corpo supliciado surge, em primeiro lugar, no *cerimonial judiciário*, no qual o processo criminal é secreto, tanto para o público como para o acusado, sendo que o conhecimento dos elementos fundadores básicos de tal acusação é privilégio exclusivo da acusação.

Da mesma forma, é impossível ao réu: ter acesso às peças do processo, conhecer a identidade dos denunciadores, saber o sentido dos depoimentos, recusar as testemunhas, ter um advogado. Por sua vez, o magistrado tem o direito de receber denúncias anônimas, esconder ao acusado a natureza da causa, interrogá-lo capciosamente e usar insinuações. (Foucault, 1975 , pp.35/36)

Outro momento singular em que o corpo revela sua presença no suplício é no âmbito da confissão, denominada por Foucault (1975) como o momento do “*corpo que fala*”(p.38).

Tal expressão do corpo do sentenciado se manifesta através de duas formas: pelo simples juramento da sua conduta extraído voluntariamente, antes do interrogatório ou através do interrogatório, com a aplicação de técnicas de tortura. (Foucault, 1975, p.39)

Na medida em que se torna necessária a aplicação das técnicas de tortura, surge uma outra adjetivação do corpo do réu: *o corpo interrogado* . Para Foucault (1975), o corpo interrogado é o ponto de “aplicação do castigo” e o “lugar de extorsão da verdade” (p.39), sendo a tortura um “procedimento cruel, mas bem definido”, dentro de um “jogo judiciário estrito” (p.39) de extração da verdade a qualquer preço, para a respectiva aplicação da pena.

Havendo elementos suficientes para que se efetive a condenação do réu, se inscreve sobre sua corporeidade uma nova realidade: a do *corpo em execução da pena*.

Um dos importantes fatores elencados por Foucault, em torno dos assuntos corpóreo-anímicos e o suplício, foi o processo concernente à visibilidade social da inscrição anímica do corpo-suplício.

Este é um dos fatores fundamentais dos processos históricos de construção de "verdades" sobre os corpos: sua visibilidade como forma de irradiação de determinada configuração anímica sobre o corpo de todos os indivíduos.

Por conseguinte, Foucault (1975) destaca o processo de deslocamento corpóreo provocado no transcurso da aplicação da pena de suplício: o corpo sendo *“mostrado, passeado, exposto, supliciado deve ser como o suporte público de um processo que ficara, até então, na sombra”*. (p.41 – grifo nosso)

Este corpo é, então, *“passado pelas ruas, cartaz lhe é pendurado nas costas, no peito ou na cabeça para lembrar a sentença; paradas em vários cruzamentos, leitura do documento de condenação, confissão pública à porta de igrejas”*. (p.42 – grifo nosso)

Com tais colocações, Foucault (1975) ressalta o aspecto de constante articulação do corpo enquanto ponto de apoio para uma série de procedimentos que fazem brilhar a “verdade” da condenação potencializadora da figura do monarca, revelada através do processo criminal, no qual o soberano detém o “direito absoluto e exclusivo da verdade”. (p.36)

6.1 Disposições Microfísicas do Corpo-Suplício

A partir do momento em que o processo de inscrição da "verdade" constituidora do suplício é instaurada sobre o corpo do condenado, tem-se o

desvelar de uma série de práticas instrumentais que irão promover a impressão concreta de tal cerimonial doloroso sobre sua corporeidade.

Dentre os suplícios, Foucault (1975) elencou uma série deles, destacando em especial os que se configuravam como “**penas de morte**”, abrangendo “*todos os tipos de morte*”(p.33): *forca, mão ou língua cortada ou furada, arrebentado vivo, expiar na roda, membros arrebentados, arrebentados até a morte natural, queimados vivos, queimados e estrangulados, puxados por quatro cavalos*. E, a “*título acessório*”, também havia: *a exposição do supliciado, a roda, a coleira de ferro, o açoite, e a marcação com ferrete*.

O que se pretende previamente ressaltar é que a multiplicidade e a variada combinação de tais técnicas, por mais que se reportem a uma interação específica entre o carrasco e o condenado, já estão imersas em uma rede de "verdades" que as legitima, de forma que as características pessoais do carrasco, na consolidação do seu ofício mortificador, e do supliciado, na sua posição de paciente do castigo, estão envoltas sobre uma certa previsibilidade e historicidade, só mutável na medida em que algum reposicionamento corpóreo-anímico inovador dos envolvidos (dentre eles o povo que assiste ao suplício) pode vir a efetuar alguma rearticulação de tais relações de poder.

Ou seja, no momento da utilização dos instrumentos do suplício já se possui uma estratégia delineada e esquadrinhada, na qual as disposições corpóreo/anímicas de cada sujeito envolvido podem ser dispostas, na grade dos seus rituais e procedimentos, com certa clareza e precisão.

Além da prática do suplício propriamente dita, Foucault (1975) também dá destaque ao **prolongamento do suplício depois da morte** do sentenciado, com a *queima dos cadáveres; a distribuição de suas cinzas ao vento; seus corpos sendo arrastados e expostos à beira da estrada.* (p.35)

Estes últimos exemplos são poderosas ilustrações de que a linguagem legitimadora da "alma supliciável" consolida a extensão do poder do rei sobre o corpo do condenado até seus efeitos literalmente residuais, ocasionando a fragmentação extrema dos corpos dos condenados e sua redução a pedaços ou a pó.

Ilustra-se, a partir de tal visualização do alcance do poder do monarca, a maneira como a "alma supliciável", enquanto construção anímica das relações de poder sobre o corpo do réu, consolida a vitória das significações do corpo/alma do rei face ao corpo/alma de um súdito transmutado em condenado/supliciado.

Com a execução do suplício, Foucault (1975) discorre especificamente sobre o papel da corporeidade em todo o trajeto de realização do suplício:

[...] o ciclo está fechado: da tortura à execução, **o corpo produziu e reproduziu a verdade do crime.** Ou melhor, ele constitui **o elemento** que, através de todo um jogo de rituais e de provas, confessa que o crime aconteceu, que ele mesmo o cometeu, mostra que o leva inscrito em si e sobre si, suporta a operação do castigo e manifesta seus efeitos da maneira mais ostensiva. O corpo várias vezes supliciado sintetiza a realidade dos fatos e a verdade da informação, dos atos de processo e do discurso do criminoso, do crime e da punição. Peça essencial, conseqüentemente, numa liturgia penal em que deve constituir o parceiro de um processo organizado em torno dos direitos formidáveis do soberano, do inquérito e do segredo (pp. 44/45).

Assim sendo, o corpo do rei – enquanto depositário da representação do “mais poder” nele inscrito – vem tornar visível o poder subjacente à sua natureza (e, muitas vezes, mantido em silencioso estado de latência), assegurado por uma realidade política, de caráter histórico, que o instrumentaliza com a possibilidade de estabelecer um alcance direto e imediato sobre o corpo do condenado.

A visibilidade do poder é essencial, sendo o suplício um momento privilegiado de sua reativação e exposição espetacular. Com a modernidade, ao contrário, o poder se dissimulará na forma de saber e de cuidado da vida.

7

O "CORPO-PUNIÇÃO":**O SURGIMENTO DO HOMEM****COMO MEDIDA DE TODAS AS COISAS E O****PROCESSO DE SUAUIZACÃO DAS PENAS****7.1 Aspectos Gerais da Transmutação do "Corpo-Suplício" em "Corpo-Punição" e seu Intrínseco Processo de Suavização Corpórea das Penas**

O deslocamento da prática dos suplícios, enquanto arte de imprimir sofrimento atroz ao corpo do condenado, foi direcionado no sentido da instauração de novos tipos de punições de caráter menos diretamente físicas. Tal alteração penal levou, segundo Foucault (1975), a uma verdadeira redistribuição da economia dos castigos tendo, como resultado, o desaparecimento dos suplícios(p.13).

Um dos fatores que permitiram tais alterações foi a existência de uma certa ambivalência nos efeitos das práticas dos suplícios. Isto se devia em virtude de tais suplícios serem uma técnica de reativação do poder na qual o caráter da justiça nem sempre correspondia à pena aplicada.

Desta forma, o que se verificava era um constante excesso no emprego de certas técnicas cruéis, inspiradas em princípios de extrema violência, e que, se, por um lado, reforçavam o poder do rei, por outro, despertavam na população um sentimento de piedade e de compaixão perante a figura dos criminosos.

Tais emoções freqüentemente provocavam situações de descontrole da massa no momento da execução da pena, gerando revoltas, em especial nos casos nos quais se cogitava a inocência do acusado.

Essas revoltas muitas vezes culminavam com a impossibilidade da aplicação da pena, inclusive com o povo subvertendo tal processo através de um movimento coletivo; tal sublevação vinha a libertar o sentenciado e impedir que a sentença se cumprisse. Ou seja, ocorriam insubordinações dos súditos do rei, fruto de um descontentamento diante dos suplícios.

Neste sentido, a partir da segunda metade do século XVIII, começou a ocorrer uma série de protestos contra tais suplícios, produzindo uma verdadeira “crise da economia dos castigos” (Foucault, 1975, p.70). E, na esteira da inquietude manifestada pela população, surgiram os grandes reformadores jurídicos: Beccaria, Servan, Dupaty, Duport, Pastoret, Target, cujas propostas de suavização das penas, extirpando do seu conteúdo os horrores de tais castigos atrozes, tiveram como decorrência a implementação do conceito de “*humanidade*” do indivíduo criminoso.

Neste sentido, o desenvolvimento dos *castigos sem suplício* representaram mais do que a descoberta do “humano” no criminoso em si: significaram a criação de “um controle necessário dos efeitos de poder” (Foucault, 1975, p.84).

Desta forma, esse conceito renovador de humanidade vem funcionar como um verdadeiro delimitador do alcance do poder do príncipe, caracterizando-se, com isto, em um novo saber articulado, para o exercício de uma nova estratégia de poder em consolidação.

Assim, o princípio da humanidade do condenado representa uma mera superfície aparente que esconde, na sua profundidade, uma radical reconfiguração das forças de saber e de poder, no sentido de limitar a tirania do soberano e a rebeldia das massas; em contrapartida, gera um deslocamento de parcela significativa do exercício do poder do rei para as mãos dos magistrados e dos pensadores defensores desse novo preceito (politicamente conveniente) de "*humanidade*".

Para tanto, fora indispensável a invenção de um elemento que funcionasse como medida para a incidência do princípio de humanidade-poder, em emergência.

Foucault (1975) reconhece que o próprio homem é descoberto como medida do poder, surgindo, assim, o parâmetro do *homem-medida*, para efetivação da aplicação do princípio de *humanidade* (p. 70), uma "racionalidade econômica" que serviria para medir a pena e prescrever as técnicas ajustadas (p.84). A "humanidade é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos"(p.84).

No que diz respeito à execução da tarefa de punir, ocorreu a substituição do carrasco por todo um exército de guardas, médicos, capelães, psiquiatras, psicólogos, educadores, que propiciaram, de maneira imediata e direta, o acesso ao corpo do condenado desse renovado conjunto de conceitos característicos das punições sem sofrimento. (Foucault, 1975, p.16)

Sobre a representação simbólica dos castigos sem suplício, Foucault (1975) ressalta que tais representações são o ponto a que se refere a pena para a obtenção de poder sobre o indivíduo: a “representação de seus interesses, representação de suas vantagens, suas desvantagens, seu prazer, seu desprazer” (p.113) passam então, a serem calculadas, esmiuçadas, analisadas, e diagramadas através de novo enquadramento político do corpo, de forma a permitir sua circunscrição neste novo contexto de saber e de poder.

Neste sentido, Foucault (1975) destaca, da evolução do pensamento científico, sua característica de articular toda uma rede de saberes estratégicos e inter-relacionáveis, que propiciaram um nova forma de acesso de poder sobre o corpo, com o aprimoramento de técnicas, teorias e discursos que garantiram que “o corpo e a dor não são objetos últimos de sua ação punitiva”(p.16).

Desta forma, reconhece-se o papel vital do avanço da Medicina, da Psiquiatria, da Psicologia, da Pedagogia como âmbitos de conhecimento renovadores do intercâmbio saber-poder, conjuntamente ao desenvolvimento de sofisticadas concepções jurídicas, voltadas à defesa de uma nova intervenção menos agressiva à corporeidade do criminoso.

Ou seja, da mesma forma que se ressalta, no aprimoramento das instituições jurídicas, uma maneira de deslocar uma parcela do poder do príncipe para as mãos dos juristas e magistrados, verifica-se, nos saberes acima elencados, um anteparo conceitual indispensável para que as novas conformações político-legais pudessem ser asseguradas e se fundamentassem

em suportes científicos imprescindíveis para corroborar a sua vigência e para a aplicação mais precisa dos seus dispositivos.

Para tanto, destaca-se o papel fundamental dos laudos periciais, das medidas de segurança que, sendo elaborados a partir de conhecimentos embasados cientificamente, determinavam um controle mais sutil sobre os corpos e seus deslocamentos, através da proibição da permanência de indivíduos em determinados lugares, sua liberdade vigiada, sua tutela penal, bem como seu tratamento médico obrigatório. (Foucault, 1975, p.22)

Assim sendo, Foucault (1975) destaca uma das funções subjacentes a tais saberes científicos que, “pretendendo explicar um ato, qualificam um indivíduo” (p.22), representando, assim, a fundamentação dada pela ciência a uma série de interesses políticos social e historicamente construídos.

Sob outro enfoque, tais saberes conseguem incidir sobre o corpo do justicável novas representações, a pretexto de oferecer subsídios técnicos para uma melhor definição de uma infração.

Tais representações permitirão um enquadramento mais sutil da conduta dos indivíduos e um maior refinamento da incidência das forças de poder sobre os corpos dos membros de determinada sociedade.

Portanto, o corpo já não se torna a superfície sobre a qual incidirão marcas, sinais que registrem, de forma duradoura e dolorosa, o caráter abominável do crime cometido pelo condenado mas se configura como um objeto de representação sobre o qual se desdobrará uma série inumerável de abstrações, concernentes ao direitos fundamentais do criminoso, em criação. Tal produção permite que o sofrimento do indivíduo aconteça em

função de limitações do exercício de tais direitos – como a liberdade, o direito de locomoção - e não em virtude de uma dor física imprimida diretamente sobre seu corpo.

Quanto às alterações promovidas pela suavização corpórea das punições, temos como conseqüência mais evidente o desaparecimento do “corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal”. (Foucault, 1975, p.14)

Noutras palavras, “o desaparecimento dos suplícios é, pois, o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue”. (Foucault, 1975, p.15)

Todavia, tal domínio que se elimina diz respeito não à sua extinção absoluta e definitiva – o que seria impossível, sendo o poder uma presença constante no processo histórico humano – mas sim o fim de uma certa forma manifestada desse mesmo domínio pois, em correlação à extinção do corpo supliciado, ocorre o surgimento da corporeidade como foco dos princípios da humanidade e de uma série de direitos humanos os quais, nos desdobramentos históricos subseqüentes do processo civilizatório ocidental, demonstraram sua eficácia discursivo-teórica no sentido de propiciarem conceitos para uma nova fonte de articulação científico-política do poder.

Na verdade, o que se verifica é uma transmutação da maneira como o poder é exercido por sobre o corpo, com a aparição de um rearranjo mais sutil do exercício corpóreo-político das correlações de poder-saber de cunho humanista, tendo como um dos seus pressupostos os caracteres de não invasividade e de não destruição ou lesão direta da corporeidade. Desta

forma, busca-se “não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente”. (Foucault, 1975, p.16)

Para tanto, tem-se uma alteração da colocação do corpo no contexto do processo punitivo. Conforme elucida Foucault, a corporeidade passa a ocupar uma situação de intermediação, deixando de ser o ponto direto de incidência da punição.

Com isto, ocorre uma incidência da pena sobre certas abstrações jurídicas – em especial a liberdade – de forma a preservar o corpo de um sofrimento direto e cruel.

As punições que passam, então, a ser mais utilizadas – como o enclausuramento ou o trabalho obrigatório – visam “privar o indivíduo de sua liberdade, considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem.” (Foucault, 1975, p.16)

Todavia, a "libertação" do corpo do elemento anexionista da alma suplicante/supliciável tem seu contrapeso na medida em que "o corpo é colocado em um sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições" (Foucault, 1975, p.16).

Este é um dos aspectos produtivos e contraditórios das disposições corpóreo-anímicas humanistas: se, por um lado, o corpo não é mais submetido ao doloroso mecanismo dos suplícios, por outro, cria-se uma ampla rede de privações, obrigações e interdições que determinarão a apropriação do corpo face a articulações mais complexas de poder, tendo como norteamento o valor *humanista do homem*.

Em outras palavras, cada vez mais coagível e submetível a interdições e privações, de forma a que "o sofrimento, a dor do corpo não são

mais os elementos constitutivos da pena" (Foucault, 1975, p.16) pois "o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos." (Foucault, 1975, p.16)

Todavia, tal transposição de um castigo doloroso para um exercício do poder menos direto e atroz sobre o corpo não implica que tal poder tenha perdido a eficácia no seu exercício.

Ou seja, a sofisticação da alma humana, atravessada pela linguagem humanizante/humanizadora, e o reconhecimento de sua própria natureza como um fator a ser preservado, valorizado e medido implica numa maior eficácia das correlações de poder-saber, pois passa a ampliar um campo de atuação positiva dos interesses políticos, que não se restringirá à dispendiosa, ambígua e especificada prática dos suplícios, mas passará a se multiplicar sobre novas séries de técnicas coativas e interventivas mais abrangentes e focais, de forma a que, "se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância"(Foucault, 1975, p.16).

E, apoiado sob estes novos paradigmas da atuação punitiva sobre a corporeidade, surge uma nova política do corpo sem sofrimento direto, com a aplicação dos castigos sem suplício: uma nova "anatomia política em que o corpo novamente, mas numa forma inédita, será o personagem principal." (Foucault, 1975, p.93)

8

O "CORPO-DISCIPLINA"

A questão da disciplina, no contexto geral da obra de Foucault, surge como um dos aspectos que desvelou, da compleição ingênua de tais práticas, toda uma série de complexos mecanismos de produção, manipulação e articulação de poderes corpóreos, até então muitas vezes negligenciado pelos estudiosos das constituições microfísicas de verdades.

Com a concreta "sublimação" dos castigos dolorosos em sua metamorfose para práticas punitivas sem dor, alicerçadas sobre concepções humanistas do corpo e da alma dos homens, o que já se verificou foi a sofisticação dos mecanismos de exercício de poder e de saber, que passaram a atingir níveis cada vez mais anímico-abstratos dos indivíduos, associados a certos direitos juridicamente consolidados, dentre eles o direito à locomoção e à liberdade, possibilitando a ampliação do seu alcance, da sua eficácia e da economia das forças inerentes a tais exercícios.

No entanto, a "espiritualização" e a potencialização de tais mecanismos não se direcionaram apenas no âmbito específico dos suplícios e da suavização das penas.

No desenvolvimento dos seus estudos sobre as transmutações dos rearranjos do poder-saber sobre os corpos/almas dos seres humanos, Foucault (1975) reconheceu um importante advento ocorrido a partir do século XVIII: a descoberta mais geral do corpo como “objeto e alvo de poder” em um processo no qual foi destacado e implementado o caráter funcional da corporeidade como algo que se “manipula, modela, treina, obedece, responde, torna hábil, cujas forças se multiplicam.” (p.125)

Ou seja, enquanto critério geral de norteamto das correlações de poder-saber, o corpo também passou a ser submetido a um processo de *positivação* das suas energias constitutivas, no qual visa-se a extrair dele uma série de vantagens político-econômicas, advindas da sua função produtiva e multiplicadora de poder, que passa então a ser cada vez mais intensamente reconhecida e implementada.

Para tanto, houve a convergência de uma série múltipla de eventos sócio-culturais, cujas origens são relativamente independentes entre si.

Dentre eles, ressalta-se a concepção do “**Homem-máquina**”, que foi aprofundada a partir de dois contextos de saberes (Foucault, 1975, p.126): um deles, referente a um *saber anátomo-metafísico*, representado pela concepção de Descartes sobre o corpo; e o outro, correlacionado a um *saber técnico-político*, desenvolvido a partir de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo.

Correlacionando a evolução das instituições jurídicas face ao avanço das tecnologias disciplinares, Foucault (1975) reflete que “enquanto

os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares, e com eles os técnicos da disciplina, elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos.” (p.152)

Neste contexto, surge a noção de *docilidade corpórea*, como meta a ser atingida, a partir do processo de submissão disciplinar, implantado no corpo e ao redor dele.

Para tanto, foi focalizada como instrumentos de potencialização de tal docilidade a utilização das **disciplinas**, visando a implantar um controle minucioso sobre o corpo.

Conforme elucida Foucault, tais princípios disciplinares, anteriormente a esse período histórico, se restringiam a fenômenos isolados, de aplicação dispersa, cujas conseqüências não haviam ainda sido submetidas a um arranjo sistemático mais acurado, sendo usadas de maneira mais intensiva nos conventos, exércitos e oficinas.

Todavia, a partir dos séculos XVII e XVIII, as técnicas disciplinares foram enfocadas, analisadas e aplicadas no sentido de se tornarem “fórmulas gerais de dominação” (Foucault, 1975, p.126), as quais visavam a extrair e moldar no corpo as seguintes características:

1 – **Utilidade** – e, com isto, adequá-lo às exigências de uma sociedade que passou a valorizar a força produtiva do seus indivíduos, mantendo e potencializando sua condições vitais, que garantirão, cada vez mais ordenadamente, condições funcionais de consumo e de trabalho;

2 – **Docilidade** – instaurar, por sobre o corpo, mecanismos educativos de pacificação dos seus instintos, com a finalidade de conseguir

melhor domesticar a conduta dos indivíduos, e norteá-la de acordo com certos interesses sócio-políticos vigentes;

3 – **Repartição** – ramificar o contexto corpóreo, em diversos campos de conhecimento, de forma a que sua morfologia, fisiologia, sentimentos, impulsos, sexualidade, apetites sejam promovidos e reconhecidos como objetos de estudos e sob os quais uma vasta rede de saberes se estenda e se desenvolva, criando, assim, novas configurações estratégicas de bio-poder.

4 – **Submissão** – estabelecer, a partir de novas compreensões rigorosamente estudadas das questões relativas ao corpo humano, uma série inesgotável de diretrizes e princípios que busquem a adequação do corpo às finalidades historicamente construídas pelas forças de poder - em sua dinâmica de incidência mutável e em constante transformação - de forma a “curvar” – conceitual e concretamente - a corporeidade de cada indivíduo a tais interesses.

Neste sentido, o exercício disciplinar vem reforçar e estimular a necessidade de um novo estudo pormenorizado da realidade dos corpos e das almas, para potencializar constantemente a sua atuação, de maneira cada vez mais precisa e funcional, se tornando, assim, uma das bases de uma verdadeira “economia política do corpo”. (Foucault, 1975, p.28)

Por conseguinte, destaca-se a confluência de uma série de fatores conjunturais históricos, que propiciaram o avanço técnico das disciplinas, conforme a seguir (Foucault, 1975 – pp.191/192):

1 - *o aumento da população flutuante.*

A explosão demográfica populacional gerou, em decorrência, a necessidade de instauração de mecanismos de controle do deslocamento da grande massa populacional crescente, com o intuito de fixá-la, evitando-se, assim, um nomadismo desestabilizador das estruturas sociais.

2 – a mudança da escala quantitativa dos grupos a controlar ou manipular.

Esta questão refere-se ao aumento das populações escolares, hospitalares e do exército como exemplos da ampliação do contingente humano dentro das instituições básicas da sociedade, o que denotaria a necessidade das disciplinas como formas de um controle mais ostensivo dos indivíduos, no interior de tais instituições.

3 – o crescimento do aparelho de produção.

Tal crescimento teve nas disciplinas o subsídio técnico que permitiu ajustar “a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção”, compreendida “não só a produção propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército”.

Desta forma, reconhece-se nas disciplinas a “arte do corpo humano”, “que o torna mais obediente tanto quanto é mais útil, e inversamente” (Foucault, 1975, p.127).

Para Foucault (1975), a disciplina, na sua relação com o corpo, enquanto técnica de uma “maquinaria de poder”, “o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”, numa sistemática desenvolvida “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer” (p.127), de acordo

com as premissas de eficácia e utilidade implícitas na aplicação do processo disciplinar corpóreo.

Portanto, é justamente essa característica singular de transformação das pulsões e energias corpóreas, de um estado pré-disciplinar - no qual não possuem uma sujeição a um controle externo tão direcionador e condicionador de suas forças - em uma corporeidade disciplinadamente dócil e útil, através da prática de exercícios, regamentos e submissões especificamente desenvolvidas para tal finalidade, que representa o contexto e o objetivo de atuação das disciplinas.

Em outras palavras, as disciplinas são “a arte do bom adestramento: para retirar ainda mais e melhor” (Foucault, 1975, p.153) do corpo seu rendimento, eficácia e utilidade, de acordo com os interesse das forças de saber e de poder articuladas nesse momento histórico.

Desta forma, a disciplina “não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las, para multiplicá-las e utilizá-las num todo” através de um conjunto de técnicas que “separa, analisa, diferencia, decompõe até às singularidades, necessárias e suficientes”(Foucault, 1975, p.153) todos os componentes de determinado agrupamento humano ou de uma individualidade tendo, como ponto de apoio da sua ação, o corpo.

Com isto, consegue “adestrar multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças” em blocos discriminadamente disciplinados, que possuem sua “autonomia orgânica, identidades e continuidades” (Foucault, 1975, p.153) próprias, de maneira a que se estabeleça a intercoordenação dessas unidades em “segmentos combinatórios” com a função dos objetivos de utilidade e necessidade previstos na incidência de seu tipo de adestramento.

Foucault (1975) analisa as características primordiais do processo de “invenção” das disciplinas, da seguinte forma (pp. 127/128/129):

- 1° - são processos mínimos, de origens diferentes, cujas localizações no corpo são esparsas, e atingem níveis íntimos da corporeidade individual;
- 2° - podem ser desenvolvidos tanto em colégios, como escolas primárias, hospitais e organizações militares;
- 3° - circunscrevem-se ao universo das “microfísicas” do poder³;
- 4° - são verdadeiras astúcias dotadas de um grande poder de difusão; estruturam-se sob a forma de arranjos sutis e suspeitos, que possuem uma aparência inocente, mas cujas economias estruturais nelas intrínsecas (e inconfessáveis) reservam um conjunto de coerções sem grandeza;
- 5° - não possuem um sentido, mas são uma precaução, uma tática, que pode ser compreendida como uma *anatomia política do detalhe*, que utiliza de uma racionalidade econômica/técnica, acrescida de um cálculo místico do ínfimo e do infinito.

No que tange ao binômio disciplina/poder, é próprio do disciplinamento (Foucault, 1975 , pp.127/128/129):

- 1 - tornar o exercício do poder o menos custoso possível;
- 2 – multiplicar os efeitos do poder ao máximo de intensidade, sem fracasso ou lacuna;
- 3 - ligar esse crescimento “econômico” do poder ao rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce.

³ As quais serão melhor estudadas nos capítulos futuros

Em **termos corpóreos**, disciplina é o “processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é, com o mínimo ônus, reduzida como força 'política' e maximizada como força útil” (Foucault, 1975, p.194).

Tal processo garante “**a submissão das forças e dos corpos**” (Foucault, 1975, p.194).

Em suma, as disciplinas fazem crescer a **docilidade e a utilidade** do corpo, com a utilização de enquadramentos de horários, a aplicação de treinamentos coletivos, exercícios, e a implementação de uma vigilância global e minuciosa (Foucault, 1975, p.194).

Neste sentido, o disciplinamento se confrontava com certas técnicas de dominação corporal historicamente constituídas, caracterizando-se distintamente aos seguintes eventos, no que diz respeito à sua incidência sobre a corporeidade (Foucault, 1975, p.194):

1 - escravidão – não se trata de apropriação dos corpos;

2 - domesticidade – não se manifesta como uma dominação corpórea constante, global, maciça, não analítica, limitada, sujeita à vontade singular do patrão e aos seus caprichos;

3 - vassalidade – não se caracteriza como uma submissão codificada dos corpos, cujos produtos do trabalho estão aderidos a rituais de obediência;

4 - ascetismo – não é um sistema no qual as renúncias são mais numerosas do que os aumentos de utilidade, no qual a obediência a outrém se consolida para domínio de cada um sobre o próprio corpo.

As disciplinas foram comumente aplicadas para (Foucault, 1975, p.155):

1 - adestrar corpos vigorosos - como imperativo da saúde;

- 2 - obter oficiais competentes - como imperativo de qualificação;
- 3 - formar militares obedientes – como imperativo político;
- 4 - prevenir devassidão e homossexualidade - como imperativo de moralidade.

Em termos da articulação do **poder sobre o corpo**, as disciplinas incidem sobre uma bilateralidade (Foucault, 1975, p.127):

1° - de um lado – sobre a *aptidão corpórea*, no sentido de aumentar sua capacidade;

2° - de outro – sobre a *energia dos corpos*, cuja potência resultante do emprego das disciplinas cria uma relação de sujeição estrita.

Isto é, tanto as aptidões como as energias corpóreas são submetidas a fórmulas gerais de adestramento e de condicionamento, que passam a nortear a desenvolvimento das potencialidades dos corpos e os respectivos direcionamentos de suas aplicabilidades.

Dentre as peculiaridades da inter-relação corpo-disciplina, Foucault (1975) enumera as “*novidades*” que foram se manifestando, em termos das correlações estabelecidas pelas forças de saber-poder, no âmbito das técnicas disciplinares, da seguinte maneira (p.126):

1 - a escala do controle

Com o implemento das disciplinas como forma de dominação, o trabalho sobre o corpo passou a se tornar detalhado, de forma a permitir a inserção do processo disciplinar em todas as minúcias dos gestos efetuados pelo corpo dos indivíduos. Com isto, sob o pretexto de melhor intensificar a eficiência e a utilidade da corporeidade que o realiza, possibilita uma interpenetração mais potente dos mecanismos de controle que se manifestam

nos corpos do indivíduo; passa-se a considerar os corpos individualizados, e não apenas em sua aglutinação coletiva.

Para tanto, são submetidos a uma “coerção sem folga”, através da sujeição dos seus movimentos, gestos, atitudes e a intensidade de sua rapidez aos preceitos de ordem e às finalidades ditadas pelo poder-saber, que articula e fundamenta a aplicação disciplinar, gerando, assim, um “poder infinitesimal sobre o corpo ativo”.

2 - o objeto do controle

O objeto do controle sobre o qual se fundamenta os ditames da economia das atitudes corpóreas, da eficácia dos movimentos e de sua organização interna tem, segundo Foucault, como “a única cerimônia que importa: o exercício”.

Esta redução da expressividade corporal a uma repetição condicionada de exercícios vem estabelecer uma verdadeira exclusão dos significados mais espontâneos do comportamento humano, bem como a manifestação de uma linguagem corpórea mais expressiva, que transcenda o continente limitante – em utilidade e docilidade – do âmbito dos exercícios em si.

3 - a modalidade

A modalidade da atuação corpórea dos exercícios se baseia em princípios de “coerção ininterrupta, constante”. Neste sentido, ressalta-se que tal atuação se manifesta “mais sobre o processo de atividade do que sobre o resultado”, de forma a criar uma “codificação que esquadrinha o tempo, o espaço, os movimentos”.

Por sua vez, em termos da *distribuição dos indivíduos no espaço*, as disciplinas utilizam várias técnicas (Foucault, 1975 – pp.130/135) :

1 – a disciplina exige **cerca**: a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, protetor da monotonia disciplinar. Como exemplo, destaca-se o encarceramento dos vagabundos e miseráveis, e outros mais “discretos”, como o dos colégios, quartéis e oficinas;

2 – a técnica da **clausura**: técnica não constante, nem indispensável ou suficiente. Baseia-se no *princípio da localização imediata ou quadriculamento*: cada indivíduo no seu lugar; e, em cada lugar, um indivíduo. Foucault ressalta que a forma celular dos conventos visa a propiciar a *solidão necessária do corpo e da alma*, com a meta de permitir ao indivíduo se defrontar a sós com a tentação, e talvez com a severidade de Deus, utilizando uma técnica de claustro, que permite conhecer, dominar e utilizar o corpo e a alma, em total solidão;

3 - regra das **localizações funcionais**: definem o espaço para criar um espaço útil, além da necessidade de vigiar, através da distribuição dos corpos em um espaço onde se possa isolá-los e localizá-los.

Como exemplo, cita-se o hospital, como um espaço administrativo e político, articulado em um espaço terapêutico, no qual os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes são organizadas, de forma a que a disciplina permita o nascimento de um espaço útil, em termos médicos;

4 - **elementos intercambiáveis** - cada um se define pelo lugar que ocupa na série, pela distância que o separa dos outros. A unidade não é o território (de

dominação), nem o local (de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação

Neste sentido, destaca-se que “a disciplina é a arte de dispor em fila, e a técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”. (Foucault, 1975, p.133)

Sob outro aspecto, no que diz respeito ao *controle das atividades corpóreas*, as disciplinas utilizam os seguintes mecanismos (Foucault, 1975 , pp.136/141):

1 - **O horário:** consolida o controle sobre o corpo através de 3 processos:

- a) estabelecer as cesuras,
- b) obrigar a ocupações determinadas,
- c) regulamentar os ciclos de repetição.

Segundo Foucault, o horário garante a qualidade do tempo empregado, bem como possibilita o controle ininterrupto das atividades, através da pressão dos fiscais, como também anulação de tudo o que possa perturbar e distrair, e, assim, constituir um tempo integralmente útil.

2 - **Elaboração temporal do ato:** é um controle corpóreo que se baseia na decomposição dos gestos e dos movimentos, para a sua reelaboração, visando à criação de um programa de dispositivos disciplinares que, ao serem prescritos sobre o corpo, permitirão “o controle pelo interior de suas fases”.

Neste sentido, Foucault explicita que “o ato é decomposto em seus elementos: é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma

duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo e, com ele, todos os controles minuciosos do poder.”

3 - Corpo e gestos em correlação: este mecanismo se refere à estipulação de uma “melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo”, a partir de princípios baseados em modelos de eficácia e rapidez. Ou seja, todo gesto deve ser aproveitado e não desperdiçado, seguindo o preceito de que “um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto”.

4 - Articulação corpo-objeto: para Foucault, “a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto manipulado”. Isto se estabelece através da decomposição desses elementos (corpo-objeto), e a devida reestruturação de ambos, de acordo com a finalidade disciplinar almejada, o que se configuraria em uma verdadeira “codificação instrumental do corpo”.

5 - Utilização exaustiva: baseia-se no princípio de uma “utilização sempre crescente do tempo”, de forma a “extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis”, de maneira a “intensificar o uso mínimo de cada instante”.

Em outras palavras, com a maciça e constante submissão dos corpos aos princípios de eficiência, rapidez e utilidade implícitos nas disciplinas, criam-se as condições singulares para que o tempo se desdobre em utilidades cada vez mais intensivas, de forma a que cada momento seja uma fonte inesgotável de utilidade, na medida em que se concentra o condicionamento dos corpos e se aperfeiçoam os métodos disciplinares.

Neste contexto, Foucault (1975) releva o surgimento e a “*composição de um novo objeto*”, de forma a ir “*compondo e substituindo o corpo mecânico*” (p.140).

Este **corpo disciplinado**, que emerge como fruto do consistente processo de atuação das técnicas disciplinares, é composto pelos seguintes elementos (Foucault, 1975 – pp.140/141):

- Corpo composto de sólidos e comandados movimentos,
- portador de forças e sede de algo durável,
- suscetível de operações especificadas,
- tem ordem, tempo, condições internas, elementos constituintes,
- alvo de novos mecanismos de poder, que “servem para economizar o tempo da vida, para acumulá-lo de uma maneira útil e para exercer o poder sobre os homens por meio do tempo assim arrumado”(p.146).
- O *corpo do exercício*, tendo o **exercício** como “a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas”(p.145), como também um “elemento de uma tecnologia política do corpo e da duração, que não culmina num mundo além; mas tende para uma sujeição que nunca terminou de se completar.”(p.146)
- manipulado pela autoridade, mais do que atravessado pelos espíritos animais.
- do treinamento útil e não da mecânica racional.

Desta forma, acrescenta que “o corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e ‘orgânica’”.(Foucault, 1975, p.141)

Quanto à composição das forças corpóreas envolvidas no processo disciplinar, Foucault (1975) considera que “o corpo singular torna-se um elemento, que se pode colocar, mover, articular com outros. Sua coragem ou força não são mais as variáveis principais que o definem mas o lugar que ele ocupa, o intervalo que cobre, a regularidade, a boa ordem segundo as quais opera seus deslocamentos.” (p.148)

Em outras palavras, ocorre a “redução funcional do corpo, mas também a inserção desse corpo-segmento em todo um conjunto com o qual se articula” (Foucault, 1975, p.148). Ou seja, ocorre a transformação do corpo em uma “peça de uma máquina multissegmentar.”(p.149)

Sob outro ângulo, os corpos passam a ser inscritos “num pequeno mundo de sinais, a cada um dos quais ligada uma resposta obrigatória e só uma” (Foucault, 1975, p.149), dentro do qual circula um sistema de representações, no qual a menor desobediência, indocilidade ou atraso seria “um crime”, sujeito às sanções específicas e peculiares, em virtude das “atitudes “incorretas”, os gestos não conformes ou a sujeira”(pp.148/149) de um corpo em dissonância com as diretrizes traçadas pelo universo disciplinar

8.1 Considerações sobre a Tríade "Corpo-Alma-Disciplina"

- O caráter "trans-epistemológico" das Disciplinas perante a Extinção dos Suplícios

A constituição sócio-histórica das técnicas disciplinares se insere, no universo das concepções de Foucault, enquanto tecnologia de consolidação física de um novo aparato geral de dominação, que teve sua evolução desde a Época Clássica, transpassando os séculos XVII e XVIII, e se juntando às "expectativas" epistemológicas dos preceitos de um humanismo moderno que se debruça sobre um corpo a ser vasculhado, analisado e identificado em minúcias, e cuja aplicabilidade de seus princípios tem se estendido renovadamente até a sociedade contemporânea⁴.

Neste sentido, ao analisarmos as configurações corpóreo-anímicas das disciplinas, devemos levar em conta o seu processo de evolução diante da transmutação da "epistêmê" clássica para a moderna, na extinção dos suplícios e suas conseqüências sobre os corpos e as almas dos indivíduos.

Desde já, ressalta-se que a disciplina se verifica feito um fenômeno histórico trans-epistemológico, atravessando o Classicismo e a Modernidade, e prolongando seus efeitos e embates até os dias de hoje. Mas se intensifica enquanto técnica de acesso corpóreo-anímico na constituição do indivíduo moderno.

No que diz respeito à correlação suplícios/disciplinas, o caráter **negativo** do poder exercido pelo rei sobre o seu povo era produtor de uma rede de representações sobre os corpos dos súditos no sentido de garantir sua

⁴ Reafirma-se o que já foi dito páginas atrás sobre o comentário de Foucault ao reconhecer que "muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação" (in V.P. - pág. 126), conforme será esclarecido nesta análise.

submissão e obediência irrestritas, na medida em que encravava sobre seus corpos sinalizações de significações "maximizantes" das qualidades divinas do imperador e significações "minimizantes" das qualidades humanas e mortais de seus seguidores. Se tal conformação de poder tinha, na arte mortal do suplício, a materialização mais visível de tal processo negativizador da valorização dos corpos/almas da massa popular, por sua vez, a disciplina é posicionada como a técnica que, de forma mais infiltrante, sutil e abrangente, vem consubstanciar o caráter efetivamente produtor de poderes como realidade atravessada nos corpos e nas almas do indivíduo, desde a sua gênese enquanto articulação genérica de dominação, durante o período clássico, e depois, na sua assimilação, segundo os pressupostos do homem da Modernidade.

Tal ajustamento se deve à natureza **positivadora** das relações corpóreo-anímicas patentemente evidenciáveis no cerne das prerrogativas disciplinares: enquanto conjunto de técnicas normalizadoras, seus fundamentos vão sendo historicamente construídos através do olhar dos seus estudiosos, que se norteia para reconhecer energias multiplicadoras da utilidade dos corpos, com o escopo de produzir discursos e saberes potencializadores das forças corpóreas.

Ou seja, antes mesmo de se adentrar na trama dos discursos doutrinários das disciplinas, é imprescindível reafirmar tal aspecto global de sua conformação, associável enquanto evento que demonstra sua flexibilidade trans-epistemológica, na medida em que se adequa aos preceitos de submissão e de obediência corpóreo-restritivos dos discursos do monarca, dos quartéis e dos conventos, mas que também traz em seu bojo uma plasticidade que pode

ser aplicada aos fundamentos de uma corporeidade "positivada", presentes no pensamento moderno.

Isto se deve ao fato de a alma do homem moderno ser reconhecida como a fonte e o campo de embates discursivos e constituintes de inúmeras qualidades e direitos advindos de sua correlação com o fenômeno da vida. A disciplina, em virtude de seu caráter potencializador das emanações corpóreo-anímicas dos indivíduos, modela-se aos preceitos jurídicos e científicos do discurso moderno-humanista advindo, daí, um dos ensejos de sua atualização histórica.

É também importante reiterar que, diante do reconhecimento pela Modernidade da finitude do homem, surge a necessidade de geração de "verdades" e de saberes que qualifiquem cada vez mais um corpo, até então comumente restrito às suas mínimas qualidades de obediência e submissão (ou então apenas destacado enquanto suporte rasteiro e terreno de um macrocosmo supremo, seja ele impessoal ou corporificado através do monarca).

- A Importância da Disciplina na Constituição do Corpo Individualizado do Homem do Humanismo Moderno

No que tange à enredada trama específica da doutrina disciplinar, destaca-se que Foucault considera que "da observação minuciosa do detalhe", implementada pelas disciplinas, "nasceu o homem do humanismo moderno"(Foucault, 1975, p.130), conforme será analisado agora .

Na medida em que a positivação corpóreo-anímica, efetuada pelas disciplinas, vai sendo difusamente absorvida pelos ditames da "epistémé" moderna, o corpo finito enquanto objeto de estudo especificado se torna,

contraditoriamente, o ponto matricial de um processo aparentemente inesgotável, tanto de substantivação como de adjetivação minuciosas de sua "natureza" discursivamente produzida, de forma que as disciplinas surgem como tecnologias que efetuam, dentro de uma apreciação mais ampla, um radical **mapeamento do corpo moderno positivamente requalificado**, tanto no que se refere à sua materialidade física como no que concerne às emanções anímicas nele inerentes.

Ou seja, a pretexto de se disciplinar um corpo até então negativamente qualificado, instaura-se uma verdadeira **cartografia do corpo e da alma**, que se ramifica em concepções e paradigmas extensivos tanto aos aspectos proporcionalmente mais físicos (músculos, gestos, repartições corpóreas no tempo/espço) como a outros de cunho consideravelmente anímicos (docilidade, utilidade, submissão).

Neste sentido, a evolução das fórmulas gerais disciplinares vem interagir com o desenvolvimento dos saberes científicos, de forma a estabelecer patentes evoluções mútuas e inter-relacionadas, produtoras de novas formas de exercício de poder.

Sob este mesmo prisma da relação poder/saber sobre a corporeidade, Foucault (1975) considera que o domínio sobre o corpo se estabelece

segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, linhas, telas, feixes, graus, e sem recurso, em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é, em aparência, ainda *menos 'corporal'* por ser *mais sabiamente 'físico'* (p.159), em se tratando a disciplina, mais do que uma instituição ou um aparelho, "uma 'física' ou uma 'anatomia' do poder, uma tecnologia (p.189).

Em outras palavras e sob uma ótica mais distanciada, tal **legitimação científica do corpo**, inter-relacionada com a **legitimação jurídica** de uma corporeidade detentora de direitos e de "vida" a ser conservada, é um dos pressupostos gerais que justificam a modernização das técnicas disciplinares e suas instrumentalizações enquanto formas de poder/saber.

Neste sentido, busca-se a união do “*corpo analisável*”, análise esta que se implementa como fruto do processo de desenvolvimento técnico-analítico dos saberes disciplinares, ao “*corpo manipulável*” (Foucault, 1975, p.126), com o intuito de tornar tal corpo “submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1975, p.159), de acordo com tais conformações de poder subjacentes a tais princípios sutis de disciplina.

A Modernidade efetuou uma ampliação da *espacialidade do corpo no universo dos discursos*, as disciplinas se efetivaram enquanto uma das formas de acesso e de concretização de tal espacialidade discursiva sobre os corpos e almas modernizantes/modernizáveis.

No que tange aos efeitos da disciplina no âmbito conceitual da *alma moderna*, tais técnicas implicariam em uma “redução materialista da alma a uma teoria geral do adestramento” (Foucault, 1975, p.159).

Ou seja, o coração, o intelecto, a vontade e as disposições dos indivíduos também seriam reduzidos a unidades discriminadas, através dos mesmos processos de separação e de verticalidade que se desdobram sobre o corpo em disciplina, de forma a considerar a alma moderna um novo objeto de manipulação e enquadramento, tornando seus elementos suscetíveis aos

princípios gerais de docilidade, submissão, utilidade e repartição das técnicas disciplinares.

Se o enfoque dado ao homem supliciante/supliciável voltava-se para a sua mínima significação do seu corpo/alma, a alma do disciplinamento possibilita o reconhecimento de diversas "naturezas" historicamente constituídas, a partir de tais conceitos:

1 - uma *alma finita* - cuja gama de emanções pode ser esquadrinhada, o que determinará a melhor correlação de toda a vastidão possível de ânimos face às articulações adestradoras de um corpo submetido ao processo disciplinar.

2 - uma *alma individualizada* - através de uma complexa correlação espacial/temporal, é possível a definição em graus, linhas e posições de uma série de fenômenos humanos, tanto corpóreos como anímicos, em um contexto no qual a individualização de tais manifestações visa ao estabelecimento de curvas normais de comportamento, com o intuito de prever eventuais oscilações, positivas ou negativas, que venham a provocar alterações no quadro extrator de produtividade e de docilidade das forças corpóreo-anímicas, individualmente estabelecido.

Ou seja, o conceito de uma alma individualizada surge com o intuito de um reconhecimento das ínfimas e íntimas diferenças dos indivíduos para melhor submetê-los a amplos processos de dominação.

Neste sentido, o desenvolvimento pelas disciplinas do conceito de *intimidade das almas* não visa à construção de uma estética individual subjetivadora, mas sim, ao reconhecer detalhadamente as peculiaridade das expressões anímicas do homem, oferecer-lhe elementos prático-discursivos (em geral, não violentos mas sutilmente coercitivos) que permitam um melhor

ajuste e modelamento das técnicas disciplinares a tais intimidades, que instaurem certas conformações motivacionais individuais produtoras de redistribuições corpóreo-anímicas adesivas aos fundamentos disciplinadores.

Como ilustração das explanações acima apresentadas, cita-se um trecho significativo da obra de Foucault (1975) sobre a constituição do indivíduo moderno, a seguir:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama 'disciplina'. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade, o poder produz; ele produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (p.172).

Sinteticamente, sob a analítica da incidência de novas reconfigurações corpóreo-anímicas perante as técnicas disciplinares, o que se denota é o encravamento de novos instrumentais discursivos produtores do indivíduo moderno, na sua peculiar "travessia" dos corpos/almas:

1 - o homem do humanismo da Modernidade detém um corpo/alma finitos a serem constantemente reconhecidos como tal por saberes cientificamente edificados os quais, por sua vez, são produtores de poderes dispersos e difusos na sociedade, e que funcionam como mecanismos gerais de dominação, de cunho disciplinar/normalizador;

2 - Os corpos/almas modernos estão interpenetrados por múltiplas articulações temporais/espaciais. Tais articulações, desde o advento da Modernidade, foram e são constantemente atualizadas, de forma a definir a díade tempo/espço, inter-relacionada com o binômio corpo/alma.

3 - O quadrinômio corpo/alma/espaco/tempo está em uma interface constante com o reconhecimento do conceito de "vida" como fundamental para a compreensão da "natureza" humana moderna.

9

O "CORPO-PRISÃO"

Dentre as formas disciplinares que exercem seu poderio de submissão e de docilidade dos corpos, a prisão – na sua sistematização carcerária – é a técnica disciplinar “no estado mais intenso, o modelo em que se concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento.” (Foucault, 1975, p.257)

Na conformação das prisões há a presença subjacente de diversas outras estruturas de adestramento corpóreo.

Assim, o contexto carcerário tem alguma coisa do “claustro, da prisão, do colégio, do regimento.” (Foucault, 1975, p.257)

Todavia, entre as suas muitas peculiaridades, o encarceramento em cela se caracteriza como um “adestramento acompanhado por observação permanente”, através de “chefes e subchefes”, estes sim no papel de verdadeiros “ortopedistas da individualidade”, com o objetivo de “fabricar corpos ao mesmo tempo dóceis e capazes.” (Foucault, 1975, p.258)

Desta forma, a fabricação de tais corpos se submete a uma intensa e inescapável vigilância, sendo a coletividade dos técnicos da carceragem os

primeiros a exercerem o papel panóptico⁵ de auferir informações sobre os deslocamentos corpóreos dos encarcerados e sobre as pulsões, sentimentos, vontades, opiniões e pensamentos que se evidenciam a partir das posturas corporais dos presos.

Tal caráter observatório permite arrolar informações sobre o preso e, com isto, extrair elementos para delinear o perfil desse indivíduo socialmente discriminado, o que propicia uma melhor adequação das estratégias de saber-poder que subsistem e são imanentes do meio penitenciário.

Nas prisões, a modelagem extremada do corpo, tanto em termos de focalização espacial como no que diz respeito à fluência do tempo (pois o exercício técnico-disciplinar nas prisões se estabelece diuturna e inesgotavelmente) é o mecanismo através do qual o contexto carcerário vem exercer seu papel de transformação dos indivíduos, sendo portanto, o corpo, mais uma vez, o suporte focal sustentador da atuação e consolidação do mecanismo prisional. Porém, no que diz respeito às outras instituições historicamente constituídas de condicionamento corpóreo, a prisão não contém “nada de qualitativamente diferente”, tornando-se verdadeiramente “um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria.” (Foucault, 1975, p.208)

Esta é uma das diretrizes fundamentais na analítica foucaultiana sobre a prisão: as eventuais distinções que venham a ocorrer na concretização do aparato prisional advêm de caracteres quantitativos, e não qualitativos; norteiam-se por uma concentração técnico-estratégica de mecanismos

⁵ Sobre a correlação panoptismo/corpo/alma, será efetuada análise à parte ainda neste

disciplinares mais sutilmente dispersos na sociedade sem, todavia, fazer uma rearticulação radical dos seus pressupostos; há um intenso esquadramento dos corpos nos espaços físicos, um aprofundamento da instrumentalização das variáveis temporais/espaciais perante os deslocamentos e as movimentações dos indivíduos (através de uma maior fixação de horários, de práticas e de condutas relacionais) sem, contudo, inovar substancialmente as premissas já aventadas genericamente sob a forma disciplinar.

Assim sendo, os estudos aqui desenvolvidos se nortearão no sentido de explicitar a intensificação do exercício do poder coercitivo-disciplinar proveniente do contexto carcerário, a concentração de tecnologias esquadrihadoras da corporeidade na prisão, a disposição dos saberes modeladores da alma do prisioneiro e, em especial, os avanços dos dispositivos de controle prisional que culminaram na criação do *mecanismo panóptico de observação dos indivíduos presos*⁶.

Segundo Foucault (1975), a prisão surgiu em um momento histórico – no fim do século XVIII e começo do século XIX – como fruto de “uma nova legislação que define o poder de punir como uma função geral da sociedade.”(p.206)

Desta maneira, reafirmando o enfoque foucaultiano sobre a prisão enquanto densificação de técnicas disciplinares que se instalam sobre os corpos dos indivíduos encarcerados, o aparato prisional “se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram por todo o corpo social os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente,

capítulo.

⁶ Sobre o "corpo-panóptico", será discutido suas conformações no capítulo posterior, incluindo sua aplicabilidade nas prisões.

classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza.” (Foucault, 1975, p.207)

Em outras palavras, a ocorrência do evento histórico *prisão* nada mais seria do que a “abertura da penalidade e da coerção já elaboradas em outros lugares.” (Foucault, 1975, p.207)

Ou seja, a prisão se trata de uma concentração do processo disciplinar intercorrente em todo o âmbito da sociedade, só que caracterizado por uma maior intensificação desses mecanismos sobre a corporeidade do indivíduo preso, mas sendo uma expressão singular da mesma articulação de saber-poder que visa a extrair e a produzir corpos dóceis em todo o âmbito social.

Por conseguinte, a prisão é a disciplina corpórea em sua forma mais condensada e, portanto, a técnica de adestramento que mais provavelmente possibilita a visualização das transformações dos conteúdos de saber-poder que criam e recriam as representações da alma moderna sobre o corpo preso, justamente por ser a concentração e a síntese – múltipla, difusa, interativa e estruturadamente desigual – de muitas técnicas disciplinares existentes na sociedade, de maneira mais dispersa e suavizada.

Sob outro aspecto, Foucault (1975) considera que a exaustão disciplinar imprimida aos corpos dos aprisionados tem a finalidade de extrair as seguintes informações e especificidades sobre o indivíduo preso (p.211):

1 – deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo;

- 2 – deve considerar seu treinamento físico;
- 3 – levar em conta sua aptidão para o trabalho;
- 4 - delinear seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições.

Desta forma, para o escopo dessas finalidades, o corpo é vistoriado e dissecado em minúcias e pormenores, e redirecionado no sentido de instrumentalizar a atuação da técnica disciplinar de forma a se estabelecer uma verdadeira reconfiguração dos seus elementos orgânicos constituintes, de acordo com a conformação estratégica dos saberes que fundamentam o universo carcerário.

Destarte, refaz-se a corporeidade do preso para reinventá-la no sentido de um “*corpo em prisão*”; discriminam-se treinamentos físico-corpóreos, muitas vezes diversos do mundo exterior, para se modelar um “treinamento do corpo em prisão”; considera-se a aptidão corpóreo-intelectual para o trabalho, de acordo com as expectativas do trabalho em prisão; bem como se projetam hábitos, rotinas e toda uma moralidade, os quais reestruturam o binômio corpo-alma do prisioneiro a partir da confrontação de forças singulares e parcialmente diversas do mundo exterior, mas que dele extraem os princípios gerais e certas técnicas disciplinares que, no universo carcerário, são vivenciadas de maneira ostensiva.

Quanto à instituição da prisão, “muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é ‘onidisciplinar’”, na medida em que se trata de uma instituição “sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua

tarefa; sua ação sobre o indivíduo dever ser ininterrupta: disciplina incessante.” (Foucault, 1975, p.211)

Assim sendo se, por um lado, a prisão possui uma natureza hermética e quase monolítica, o corpo do aprisionado, em face à “onidisciplinariedade” da prisão, é submetido a um processo coercitivo de constante “abertura” aos métodos “disciplinares”.

Ou seja, a prisão dá “um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica. Leva à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total.” (Foucault, 1975, p.211)

Por outro lado, um dos instrumentos de efetivação das disciplinas carcerárias é a aplicação do princípio do **isolamento** dos corpos, tanto no que diz respeito ao mundo exterior, como entre os presos.

Tal princípio de solidão tem o objetivo de servir como um “instrumento positivo de reforma” (Foucault, 1975, p.211) dos hábitos corpóreos “nefastos” dos indivíduos, e de suas disposições morais, de maneira que tal processo de introspeção forçada venha a repercutir profundamente na alma do prisioneiro, ao mesmo tempo que serve como elemento disciplinador e de criação de uma modalidade técnica característica das prisões – certamente inspirada nos claustros - como um dos elementos que servem para compor o processo de criação tanto da prisão-instituição como da própria “alma” do delinqüente.

Sob outro aspecto, na medida em que a prisão se baseia em um mecanismo de extração ininterrupta de informações sobre o corpo e a conduta do preso, Foucault ressalta a importância da *“introdução do biográfico”* na história da penalidade.

O comportamento do preso é importante “não somente por ser o autor de seu ato (autor responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente), mas também por estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento)” (Foucault, 1975, p.224).

Foucault retoma, assim, suas colocações sobre o poder implícito nas punições como um todo, no sentido de reconhecer o papel fundamental da aglutinação de informações sobre a vida do preso.

Com tal alcance, permite-se uma atuação de poderes sobre o preso que se remete à temporalidade do encarcerado como um todo, tanto no que diz respeito ao seu passado, ao seu presente, como ao seu futuro, numa averiguação potencial da vida do aprisionado que tende à inesgotabilidade, só interrompida com o término da sentença.

Mas, mesmo com o fim desse evento, verifica-se sua repercussão fantasmática e adesiva, na medida em que o indivíduo retorna à sociedade com seu histórico carcerário; tal biografia carcerária – elaborada no contato com diversos profissionais, tais como psicólogos, médicos, juizes, assistentes sociais, dentre outros – incorporar-se-á à sua personalidade como um componente de suas disposições anímicas.

Nesta linha, a prisão “dá lugar a um conhecimento do indivíduo, o aprendizado das técnicas induz a modos de comportamento e a aquisição de

aptidões se mistura com a fixação de relações de poder. Fabricam-se indivíduos submissos, e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar. Duplo efeito dessa técnica disciplinar, que é exercida sobre os corpos: uma “alma” a conhecer e uma sujeição a manter.” (Foucault, 1975 – pp.257/258)

Em outras palavras, “o delinqüente torna-se indivíduo a conhecer” como “exigência de saber”, de tal forma que, para se tornar condenado, precisa se transformar em um “ponto de aplicação de mecanismos punitivos que o infrator se constitui como objeto de saber possível.” (Foucault, 1975, p.223)

Assim sendo, Foucault (1975) destaca que “a operação penitenciária, para ser uma verdadeira reeducação, deve totalizar a existência do delinqüente.”(p.223), tanto a nível corpóreo como a nível de sua “alma”, no transcurso de toda a história de sua vida.

Desta maneira,

onde desapareceu o corpo marcado, recortado, queimado, aniquilado do supliciado, apareceu o corpo do prisioneiro, acompanhado pela individualidade do ‘delinqüente’, pela pequena alma do criminoso, que o próprio aparelho do castigo fabricou como ponto de aplicação do poder de punir e como objeto do que ainda hoje se chama a ciência penitenciária (Foucault, 1975, p.226).

Nesse sentido, a prisão fabrica delinqüentes, ou representa o processo histórico de criação da **alma do delinqüente**. A prisão a fabrica na medida em que ela inseriu, “no jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinqüência que os liga uns aos outros e, há um século e meio, os pega todos juntos na mesma armadilha.” (Foucault, 1975, p.226)

Em outras palavras, o conceito e a própria existência da delinqüência enquanto elemento constituinte da “alma” dos indivíduos teve sua gênese em virtude de se tratar de uma concepção historicamente legitimadora e justificadora da prisão enquanto um sistema carcerário institucionalmente estabelecido.

Portanto, trata-se de uma criação relativamente recente na história da alma humana, e que confirma a concepção de Foucault de uma alma moderna em constante transformação e reelaboração, de acordo com certas forças histórico-políticas que atuam incessantemente, no processo relacional da vida na sociedade ocidental.

No processo contínuo de submissão dos corpos dos prisioneiros e de constituição de suas almas delinqüentes, destaca-se a importância de vários aparatos de saber que coexistem e se aglutinam ao redor das prisões, e que muitas vezes surgiram em função de certas necessidades de saber típicas do universo carcerário.

Dentre estes saberes, é ressaltado o desenvolvimento geral das ciências humanas, efetuado a partir de “uma modalidade específica e nova de poder: uma certa política do corpo, uma certa maneira de tornar dócil e útil a acumulação dos homens.” (Foucault, 1975, p.267)

Tal atuação disciplinar corpórea “exigia a implicação de correlações definidas de saber nas relações de poder; reclamava uma técnica para entrecruzar a sujeição e a objetivação; incluía novos procedimentos de individualização” (Foucault, 1975, p.267)

Neste sentido, a prisão se tornou um verdadeiro laboratório experimental de múltiplas formas de articulação de saber e de poder,

estabelecendo, assim, um processo dialógico com as técnicas disciplinares corpóreas dispersas na sociedade “livre”, com o intuito de propiciar uma mútua influência e inspiração, o que tem permitido um constante surgimento de novos aprimoramentos e variações de certas técnicas disciplinares clássicas, bem como o potencial surgimento de outras, fundadas a partir dos saberes e das estratégias de poder que têm na prisão um dos seus focos de exercício primordiais, de tal maneira que sua incidência, tanto sobre os corpos dos presos como dos demais indivíduos de uma sociedade, tem se tornado cada vez mais difusa e entrelaçada, o que pode vir a aumentar a similitude entre as técnicas disciplinares que se debruçam sobre os presos como entre os demais indivíduos da sociedade.

Também é ressaltado que “a rede carcerária constitui uma das armaduras desse poder-saber que tornou historicamente possíveis as ciências humanas.” (Foucault, 1975, p.267)

Assim sendo, “o homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento, aqui pouco importa) é o efeito-objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação,” (Foucault, 1975, p.267) através de um processo no qual o “delinqüente”, enquanto “sujeito jurídico requalificado pela punição”, tem seu corpo e alma vasculhados, a partir de um enfoque de saber que o revisita da seguinte maneira (Foucault, 1975, p.226):

- 1 - enquanto anomalia, desvio, perigo inexorável;
- 2 - como doença a ser conhecida , avaliada, medida, diagnosticada, tratada.

Sob este mesmo enfoque, expõe-se que “há juizes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do

educador-juiz, do assistente social-juiz, ; todos fazem reinar a universalidade do normativo.” (Foucault, 1975, p.266)

Com efeito, cada um desses juízes, “no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos.” Assim sendo, reconhece na rede carcerária, “o grande apoio, na sociedade moderna, do poder normalizador.” (Foucault, 1975, p.266)

Portanto, o processo de normalização social se reporta diretamente à submissão do binômio corpo-alma a certos mecanismos de saber e de poder, que certamente permitem o surgimento de um novo elemento da alma moderna que é a **alma normalizada**, ou pelo menos, uma **alma moderna em constante normalização**.

10

O "CORPO-PANÓPTICO"

O panoptismo é um dispositivo arquitetônico de esquadramento e vigilância dos corpos dos indivíduos no espaço, cuja criação por Bentham, no transcurso do século XIX, suscitou em Foucault uma de suas mais elaboradas e originais exemplificações de como as relações de poder/saber (no caso, a associação da engenharia e da arquitetura a toda um vasto número de instituições normalizadoras) permitem um refinamento pertinaz e competente das instrumentalidades das técnicas de dominação para a manipulação das forças corpóreo-anímicas.

Foucault (1975) descreve tal dispositivo como uma das modalidades de mecanismos de poder "dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo" (p.176), delineado da seguinte forma:

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada pelas largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferias. Tantas jaulas, tantos

pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (p.177).

Assim sendo, o panoptismo é um arranjo arquitetônico que permite a instauração de uma efetiva visibilidade das condutas de determinadas categorias de indivíduos sobre os quais se queira inserir certas intervenções de vigilância, podendo ser aplicado em diversas instituições normalizadoras/disciplinares, dentre elas os hospitais, as escolas, os hospícios, as fábricas e, com especial destaque, as prisões.

Comparadas às técnicas expiatórias do suplício, o panoptismo é configurado de forma que "as cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais se manifesta no soberano o mais-poder são inúteis. Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder"(Foucault, 1975, p.178) pois "não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas." (Foucault, 1975, p.179)

No suplício, a eficácia ritual de seu ato, feito em um púlpito soerguido para tal fim, geralmente em praça pública e perante uma multidão de assistentes, possuía uma arquitetura dispersante e invasiva por inúmeras influências externas.

A encenação do rito tinha que cumprir o rigoroso destino de sua eficácia mórbida no transcurso específico das horas de sua execução, com riscos de que, se a sua consumação não ocorresse a contento, motivasse sublevações reativas dos populares, com efeitos muitas vezes danosos, inclusive para o carrasco.

Por sua vez, o panoptismo, realizado em ambiente fechado, cientificamente disposto, possibilita a instauração de uma atmosfera anímica normalizadora que perdura seus efeitos por um longo tempo, de forma perseverada, reservada e renitente. Tal arranjo físico proporciona a análise calculada da evolução de sua efetividade sobre os corpos/almas com as eventuais alterações das metodologias de sua incidência, de acordo com as mudanças dos indivíduos submetidos a tal processo de normalização.

Ou seja, substitui-se um castigo atroz que faz com que a "verdade" seja encravada sobre os corpos e as almas até a morte por outra articulação de dominação que fixa suas "verdades" através do próprio espaço físico panóptico, o qual permite sua aplicação a uma maior variedade de agrupamentos de indivíduos que não apenas aqueles considerados ostensivamente lesivos e extermináveis da sociedade. Em outras palavras, atinge a todos os anormais, mantendo suas vidas e maximizando sua docilidade e produtividade.

Isto se deve ao fato de que, na medida em que a suavização das penas possibilitou uma "descorporificação" das punições e uma "espiritualização" dos castigos (os quais passaram a incidir mais sobre direitos do que sobre a concretude física dorida), o panóptico vem se tornar feito um "laboratório de poder"(Foucault, 1975, p.211) de cunho preponderantemente anímico, fruto de um processo histórico. Para comportar o alcance de um poder que se desloca para a alma dos indivíduos, passa a necessitar não apenas de saberes científicos que construam o arcabouço teórico que fundamentará tal nova articulação de forças, mas também evocará a criação de espaços físicos que permitam combinações múltiplas entre a

punição e a vigilância, que possuam a função de retenção da alma histórica dos indivíduos em um ambiente fechado para que seja possível a incidência das valorações anímicas de outra disposição anímica.

Quanto à disposição individual dos corpos no espaço, ocorre a seguinte configuração:

[...] Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação (Foucault, 1975, p.211).

Desta forma, dispor os corpos no espaço é melhor controlar o binômio silêncio/comunicação, de forma a coordenar a constituição dos elementos introspectivos e dialógicos dos indivíduos, bem como seus deslocamentos que permitirão a elaboração tanto de sua intimidade como de seus vínculos afetivos, os quais não passarão a ocorrer de maneira multiforme e difusa, pois o enquadramento panóptico determinará as posições condicionadoras dos seus corpos/almas, de acordo com a direção de seu controlado adestramento.

Aliás, os resultados disciplinares de tais definições espaciais são flagrantes, e foram elencados por Foucault da forma a seguir:

[...] Se os detentos são condenados, não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há 'cola', nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluios, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes."(Foucault, 1975, p.211)

Ou seja, a materialidade físico-espacial do mecanismo panóptico possibilita um aumento da eficácia de controle sobre os desvios de conduta

normal historicamente arrolados pelos saberes, de tal maneira que a inclusão de indivíduos nessa arquitetura significa o seqüestro de seus corpos e almas por um processo de fixação rígida de suas identidades, para fins de docilidade e utilidade.

No que diz respeito ao panoptismo aplicado ao contexto dos encarceráveis (sejam eles loucos, criminosos ou qualquer indivíduo que necessite de um isolamento para sua normalização), Foucault (1975) reconhece a função panóptica de "induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder" de forma que "eles mesmos são os portadores do poder", que é composto de duas características constituintes: "visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre poderá vê-lo." E, na medida em que, "na torre central, vê-se tudo sem nunca ser visto", "automatiza e desindividualiza o poder" através de "uma certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares".(p.178)

Por conseguinte, tal correlação de poder atravessa os indivíduos de maneira que, "quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder: fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e, quanto mais se aproxima desse limite, mais esse efeitos são constantes, profundos,

adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação." (Foucault, 1975, p.179)

11

A TRÍADE “CORPO-SEXO-ALMA”

As reflexões de Foucault sobre as relações entre saber, poder e corpo na sua fase genealógica teve, como uma de suas principais conseqüências, a descoberta da proeminência do dispositivo da sexualidade no processo de normalização e de subjetivação do homem moderno, analisada no seu livro “História da Sexualidade – vol. 1 – A Vontade de Saber”.

Antes do advento das ciências e do pensamento racional sistematizado, a questão do sexo era praticamente privilégio sobretudo das religiões, em especial da Igreja Católica.

Foucault realçou o caráter fundamental com o qual essa instituição, desde a Idade Média, se reportava à questão do corpo no ato sexual através do ritual da **confissão**.

Neste sentido, destacou as evoluções estruturais dos mecanismos confessionários, implementadas pelo Concílio de Trento, no século XVII.

O ato confessional passou, a partir desta época, por uma profunda alteração no seu conteúdo descritivo. Se antes os fiéis, ao confessarem, eram incitados a descrever a cópula em seus mínimos detalhes: a “posição respectiva dos parceiros, as atitudes tomadas, gestos, toques, momento exato

do prazer” (Foucault, 1976, p.22), a partir desse Concílio, tal enfoque foi desestimulado, revestindo o ato sexual em si sob um manto de uma certa obscuridade e discrição no contexto confessional.

Foucault (1976) reconhece nesse processo de silenciamento sobre a verbalização mais explícita das questões da conjunção carnal uma “dupla evolução”, que “tende a fazer da carne a origem de todos os pecados e a deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem e sob as mais secretas formas.”(p.23)

Neste sentido, “passou de uma problemática da relação para uma problemática da ‘carne’, isto é, do corpo, da sensação, da natureza do prazer, dos movimentos mais secretos, da concupiscência, das formas sutis da deleitação e do consentimento”. (Foucault, 1976, p.102)

Esta mudança de princípios, metas e conteúdos dos preceitos confessionais visavam a produzir nos indivíduos um estímulo a uma auto-observação, de acordo com “regras meticulosas de exame de si mesmo”. (Foucault, 1976, p.23)

Neste sentido, a confissão passa a ativar e a recriar “todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual”, de forma a que seus efeitos devam “ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito”. (Foucault, 1976, p.23)

Assim sendo, o conteúdo discursivo da confissão, se não mais segue a prática do sexo, passa a trilhar “segundo todos os seus desvios, *a linha de junção do corpo e da alma*: ele revela, sob a superfície dos pecados, a nervura ininterrupta da carne” de forma a propiciar que o sexo não tenha “obscuridade nem sossego” (Foucault, 1976, p.23/34).

Ou seja, almeja-se assim atingir o corpo até alcançar as emanções menos físicas que se constroem ao redor desse corpo: os afetos, os sentimentos, os pensamentos, enfim, persegue-se o sexo até revelar sua produção no seu âmbito mais abstrato: a “alma” do sexo, o desejo.

Desta maneira, tais alterações acarretam as seguintes mudanças do indivíduo perante o ato confessional: se por um lado, pois, o confidente não é mais evocado a declarar sobre a relação sexual em si, por outro lado ele é exortado a desenvolver todo um complexo mecanismo de auto-abstração e de auto-reconhecimento, a partir de um conceito corpóreo de carne que abre o fiel a todo um universo renovado de concepções referentes ao binômio corpo-alma, em níveis diversos do que a consumação do sexo.

Reportando a tais colocações, Foucault (1976) destaca um texto desse período, como ilustrativo da nova relação dos indivíduos perante as alterações ocorridas nos preceitos religiosos vigentes:

[...] Examinai, portanto, diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, a vontade. Examinai, também, com exatidão todos os vossos sentidos... Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas as vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, até os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento... Enfim, não creiais que nessa matéria tão melindrosa e tão perigosa, exista qualquer coisa de pequeno e de leve (p.23).

É justamente este caráter de esmiuçamento, de refinamento e de intensificação de produção de “verdades” sobre as questões corpóreo-anímicas que fez com que Foucault duvidasse do caráter constantemente considerado repressivo e opressor, referente aos parâmetros de obediência que o discurso canônico submetia seus seguidores, através do ato da confissão.

Muito pelo contrário, Foucault passou a reconhecer no exame espiritualmente detalhista da confissão uma fonte caudalosa de produção de incitações sobre o sexo, na medida em que a atuação de todo um saber passou a ser minuciosamente estruturada e desenvolvida, com o intuito de permitir uma maior clareza da implantação de toda uma ampla rede de explicações sobre sexo, afetos, sentimentos e disposições corpóreas desejosas.

Neste sentido, a confissão enquanto retórica e mecanismo discursivo sobre o universo sexual, se caracteriza para Foucault (1976) como sendo um instrumento de multiplicação de saberes de cunho sexual/afetivo/corpóreo, visando a “vincular a intensificação dos poderes à multiplicação dos discursos”(p.32), na medida em que se constitui em “uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia”(p.26).

Por outro lado, Foucault (1976) não considera que “a interdição do sexo é uma ilusão; e, sim, que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna”(p.17).

Embora possa ter ocorrido “a interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras dos vocabulários poderiam muito bem ser apenas *dispositivos secundários* com relação a essa grande sujeição:

maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil” (Foucault, 1976, p.24).

Ou seja, considera-se que “todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso.” (Foucault, 1976, p.17)

Desta forma, a conjunção carnal do sexo funciona como *ponto visível de ancoragem* de um campo de discurso que se remete não só ao ato sexual mas a todos os estímulos prazerosos dos fiéis, ou seja, “não somente os atos consumados como também os toques sensuais, todos os olhares impuros, todas as palavras obscenas... todos os pensamentos consentidos”, de forma a “fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra” (Foucault, 1976, p.24), resultando em uma expansão do acesso da religião ao corpo-alma dos seguidores, através de uma projeção inesgotável de valores canônicos sobre atitudes e condutas sentimentais.

Naturalmente a abordagem através da qual a Igreja Católica se debruçava sobre esses assuntos se norteava sob antigos princípios místico-dogmáticos. Mas é na esteira desse movimento que Foucault situará a linguagem racional-científica que começa a se configurar a partir do século XVIII, através de uma nova forma de estrutura de pensamento e de linguagem, desenvolvidos através de diversos enfoques e de origens múltiplas, dispersos sob um amplo universo de ramos dos saberes – tais como a Medicina, a Psiquiatria, a Justiça, a Psicologia, a Demografia, a Biologia, a Moral, a

Crítica Política, que foram gradativamente se desenvolvendo, até os dias de hoje, em constante aglutinação e transformação de seus conteúdos simbólicos, sob uma mobilidade e inspiração diversa de seu *duplo religioso*, que justificou num primeiro momento a resistência da Igreja Católica ao conhecimento científico. Mas esta aparente contradição entre o discurso da religião e o da ciência sobre o sexo não deve ocultar sua pertença comum ao mesmo “leito subterrâneo” da história que, há séculos, convertia o problema do sexo enquanto relação com o outro, ou o ato em si, para a relação consigo mesmo ou seu desejo. Ou seja, a diferença e os conflitos entre as representações da carne (na religião cristã) e as representações da sexualidade (na ciência), como veremos a seguir, ocultam um acordo ou pertencimento comum que há séculos havia transformado a relação do homem com o próprio sexo.

Para Foucault (1976), o essencial é que “o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo”(p.26), muitas vezes abdicando do seu exercício, de maneira compulsória, para se adequar aos ditames de mandamentos religiosos ou a intrincadas abstrações técnico-científicas que, em um período histórico mais recente, lançaram o trinômio corpo-sexo-alma sob um novo e complexo emaranhado estratégico de discursos, saberes e poderes.

No caso, Foucault (1976) considera que “por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo”(p.26).

A grande inovação de tal confrontação de forças se deu na medida em que se desenvolveu uma verdadeira mentalidade sobre o sexo, “sob a

forma de análise, de contabilidade, de classificação, especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (Foucault, 1976, p.27) sob o prisma da racionalidade.

Busca-se assim uma superação dos pudores morais de se falar e pensar sobre o sexo para submetê-lo a “procedimentos de gestão” (Foucault, 1976, p.27), fundamentados a partir de métodos empírico-indutivos, que ratificam o sexo “por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”, “como majoração ordenada das forças coletivas e individuais” (pp.27/28) face às pulsões corpóreo-sexuais dos membros de uma sociedade.

Um dos conceitos emergentes nessa nova produção discursiva sobre o sexo, encontra-se o de população.

Neste sentido, à prática corpóreo-sexual foi relacionada uma série de tópicos de cunho estatístico-demográficos, remetendo o ato físico da cópula a todo um universo de relações causais até então não elencadas sistematicamente, tais como(Foucault, 1976 , pp.27/28):

- a) a taxa de natalidade e a idade do casamento;
- b) os nascimentos legítimos e ilegítimos;
- c) a precocidade e a frequência das relações sexuais;
- d) a maneira de torná-las fecundas ou estéreis;
- e) o efeito do celibato ou das interdições;
- f) a incidência de práticas contraceptivas.

O intuito de tais digressões visava a tornar o sexo uma “conduta econômica e política deliberada” (Foucault, 1976, p.29), condicionada por valores e variáveis estatisticamente mensuráveis.

Tais dados tabulados propiciam maior controle sobre os hábitos corpóreos individuais, articulando-os dentro de uma macro-rede social, o que possibilita uma multiplicação e uma renovação das estratégias que atam o corpo de cada um a uma nova articulação de poder-saber, embasados sobre os princípios emergentes de uma Economia Política em consolidação, cientificamente corroborada. Desta forma, “surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico.” (Foucault, 1976, p.29)

Assim sendo, há a interpenetração de novos elementos a serem considerados no contexto de valores sexuais que fundamentam as relações entre os indivíduos.

Conforme elucidou Foucault (1976), pela primeira vez, pelo menos de maneira constante, “uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo”. Daí a importância “que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática” (p.29).

11.1 A Tipificação e o Esquadrinhamento dos Indivíduos através da Racionalidade Científica

A partir de tais constituições histórico-científicas foi gerado, ao redor do sexo, a noção de “um campo de alta fragilidade: superfície de repercussão para outras doenças, mas também centro de uma nosografia

própria, a do instinto, das tendências, das imagens, do prazer e da conduta. ”

(Foucault, 1976, p.66)

Sob tal ótica, foram gradativamente delineados campos específicos de estudo e de atuação das autoridades científicas:

1.A Intervenção Científica sobre o Sexo das Crianças

Quanto ao sexo das crianças, busca-se esquadrihar mais apuradamente os mecanismos de domesticação do sexo desde a sua mais tenra idade, como forma de garantir um melhor enquadramento desses indivíduos aos preceitos de uma sexualidade submetida aos interesses do Estado.

Para tanto, acentuam-se os estudos sobre a articulação dos espaços físicos, em especial no que diz respeito ao seu papel de enquadramento dos *corpos das crianças*, pujante de uma sexualidade latente.

Desta maneira, “o espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono” trazem como preocupação subliminar de tantos cuidados a existência de uma sexualidade infantil “precoce, ativa, permanente” (Foucault, 1976, p.30).

Neste sentido, tais disposições, tal qual o implemento de técnicas de adestramento que visavam, a partir do século XIX, a conter os “hábitos solitários” das crianças (neste caso, com o intuito de eliminá-los tal qual uma epidemia), na verdade vinham a permitir a fixação e a constituição do

conceito historicamente constituído de sexualidade infantil e sua literal *incorporação*.

Destarte, a sexualidade polimorfa das crianças se configurava como sendo um ponto de apoio através do qual “o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele.” (Foucault, 1976, p.43)

Com efeito, Foucault (1976) pondera que tais dispositivos de subordinação da sexualidade infantil aparentam ter uma função “de barragem” mas que, de fato, “organizaram-se, em torno da criança, *linhas de penetração* infinitas”(p.43), multiplicadoras da incidência do poder sobre tais sujeitos.

Nesta mesma direção, novamente se evoca uma verdadeira “legião” de funcionários que garantirá a plenitude de tal projeto de subordinação sexual, a partir da figura de professores, diretores de estabelecimentos, pedagogos e médicos que construirão saberes e os aplicarão, não só à criança, mas a todo o núcleo familiar, em uma teia de vinculações que se projetam sobre os corpos de pais, mães e filhos, visando a alcançar também as suas concepções mais sutis e anímicas da existência.

2. A Intervenção Científica sobre o Corpo-Sexo-Alma dos Casais

Até o final do século XVIII, tanto o direito canônico, como a pastoral cristã e a lei civil se projetavam exclusivamente sobre as relações matrimoniais, de forma a estabelecer regras de observância que evidenciassem qualquer desvio aos deveres conjugais. Dentre eles (Foucault, 1976, p.38):

a) as violências que o acompanhavam;

- b) as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto;
- c) sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril;
- d) os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidade e da amamentação, tempos proibidos da quaresma ou das abstinências);
- e) sua freqüência ou raridade. Era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações.

Neste mesmo período histórico, destaca-se que se consideravam pecados graves (Foucault, 1976, p.38): o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, a sodomia ou a “carícia” recíproca. E como passíveis de condenação nos tribunais: a homossexualidade, a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade, bem como os hermafroditas.

Mas nos últimos 200 anos “a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica nas práticas sexuais ‘incompletas’; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao ‘desenvolvimento’ e às ‘perturbações’ do instinto; empreendeu a gestão de todos eles” (Foucault, 1976, p.41), o que acarretou, no universo das alianças matrimoniais (p.39), a geração de um movimento centrífugo de forças e desejos a partir da monogamia heterossexual matrimonial, o que ficará mais claro a seguir.

3. A Intervenção Científica sobre as Sexualidades Periféricas

Em contrapartida às reservas discursivas implantadas ao redor da sexualidade regular, uma crescente interrogação sobre a sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos foi implementada, intencionando alcançar-lhes a expressão anímica de seus sentimentos: “o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas” (Foucault, 1976, p.39).

Tal intervenção racional tinha o intuito de, se não patologizá-las objetivamente, pelo menos estipular seu caráter diferencial e singular, através de um processo *científico-confessional-descritivo* de tipificação das condutas irregulares, até então confusas na sua indiferenciação analítica.

E, dentro dessa tensa bipolaridade difusa entre sexualidade regular e extravagante, aquela só será novamente questionada “a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo” (Foucault, 1976, p.39) que, por sua vez, são reexaminadas de forma incessante, vasculhando seus conteúdos e dissecando sua complexa expressividade de acordo com a denominação específica dos ramos da ciência, de maneira que “casar com um parente próximo ou praticar a sodomia, seduzir uma religiosa ou praticar o sadismo, enganar a mulher ou violar cadáveres tornam-se coisas essencialmente diferentes”, buscando-se extrair “uma dimensão específica da ‘contra-natureza’ do campo da sexualidade (p. 40).

E, nesta implementação de um literal catálogo histórico-médico de perversões, podem ser encontrados (Foucault, 1976, p.41): crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegiais ambíguos, serviçais e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores, solitários, transeuntes com estranhos impulsos.

Tais indivíduos são cientificamente coagidos a submeterem seus corpos, desejos e sentimentos ao procedimento confessional-científico, nos seguintes locais, e perante as respectivas autoridades profissionais: nos conselhos de disciplinas, casas de correção, colônias penitenciárias, tribunais e asilos, sob a tutela de juízes e médicos (Foucault, 1976, p.41).

Assim sendo, se diagnosticadamente perversos, passam a ter encravados na junção dos seus corpos e almas, “o estigma da ‘loucura moral’, da ‘neurose genital’, da ‘aberração do sentido genésico’, da ‘degenerescência’ ou do ‘desequilíbrio psíquico’” (Foucault, 1976, p.41).

Foucault (1976) detecta nessa disponibilidade estratégica de dar nome “a toda essa vegetação de sexualidades sem-propósito” (p.41), um exercício de poder que transcende os limites da simples proibição, considerando que “o importante talvez não esteja, no nível de indulgência ou de repressão, mas na forma de poder exercido” (p.42).

Nesta direção, reconhece-se, dentre essas combinações de poder, que “a nova caça às sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e nova *especificação dos indivíduos*” (Foucault, 1976, p.43).

Sob este enfoque, no que tange especificamente ao contexto da edificação histórica da homossexualidade, este novo afrontamento das forças de poder estabeleceram, para Foucault (1976), o escopo de perscrutar no corpo e no comportamento desses indivíduos “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida”, dos quais são prováveis detentores de uma “morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa”, de forma a que “nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as

suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado mas como natureza singular”, inscrita como “categoria psicológica, psiquiátrica e médica” como “sensações sexuais contrárias” (p.43, citado do artigo do Westphal, 1870), deslocada da “prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um *hermafroditismo da alma*” (p.43).

E, em um âmbito mais abrangente do universo instável das sexualidades marginais, foi sendo desenvolvido pelos embates de poder-saber, em torno das fantasias e hábitos rotulados como pervertidos, todo um “vocabulário enfático de abominação” (Foucault, 1976, p.44) racionalmente consubstanciado, implementando-se um rico vernáculo, com o intuito de arrolar e fixar as sexualidades desviantes ao discurso normalizador, sendo possível citar as seguintes nomenclaturas: exibicionistas, fetichistas, zoófilos, zoerastas, automonossexualistas, mixoscopófilos, ginecomastos, presbiófilos, invertidos sexoestéticos, mulheres disparêunicas.

Esta incidência do aparato científico sobre o até então indiferenciado universo das sexualidades múltiplas levou a uma concreta “medicinalização do insólito sexual”(Foucault, 1976, p.44), efetuando a transformação do sexo em “‘coisa’ médica ou medicalizável” e minuciosamente categorizada. Com o que tem início a produção de uma sexualidade pervertida. Ou seja, através de técnicas discursivas e de atuação “engajadas no corpo”, vasculhando o comportamento sexual em busca de evidências corpóreas indicativas de “lesão, disfunção ou sintoma”, e que “vão ser surpreendidas no fundo do organismo ou sobre a superfície da pele ou

entre os signos do comportamento” (p.44), “o poder que, assim, toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos; acaricia-o com os olhos; intensifica regiões; eletriza superfícies; dramatiza momentos conturbados. Açambarca o corpo sexual” (pp.44/45).

Por conseguinte, ao invés de intencionar excluir as sexualidades aberrantes ou periféricas, tal mecânica de saber-poder estabelece a “especificação, distribuição regional de cada uma delas” com o intuito de, ao “semeá-las no real”, “*incorporá-las* ao indivíduo” (Foucault, 1976 – pp.44/45).

Desta forma, para Foucault, **o tipo de poder que foi exercido sobre o corpo e o sexo**, a partir do século XIX, seguiu as seguintes diretrizes (Foucault, 1976, p.47):

- 1 - não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário, procede mediante a redução das sexualidades singulares;
- 2 - não fixa fronteiras para a sexualidade;
- 3 - provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas;
- 4 - não a exclui, mas inclui no corpo à guisa de especificação dos indivíduos;
- 5 - não procura esquivá-la; atrai suas variedades com espirais onde prazer e poder se reforçam;
- 6 - não opõem barreira; organiza lugares de máxima saturação;
- 7 - produz e fixa o despropósito sexual.

Por isso, ressalta-se que “a sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente.” (Foucault, 1976, p.47)

Ou seja, os comportamentos sexuais, na sua natureza polimorfa, “foram, realmente, extraídos do corpo dos homens, dos seus prazeres; ou melhor, foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados” (Foucault, 1976, p.47), configurando-se “uma fisionomia rígida das perversões” (p.48), tendo como consequência que “as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” (p.48).

Em outras palavras, as emanções corpóreas perversas são “o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres (Foucault, 1976, p.48).

Também compreende-se que “prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e incitação”, o que justifica “abandonar a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguraram um período de repressão mais intensa do sexo” (Foucault, 1976, p.48).

Em outras palavras, para Foucault “o século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das ‘perversões’. Nossa época foi iniciadora das heterogeneidades sexuais.” (Foucault, 1976, p.38)

11.2 - Considerações sobre as Correlações entre o Discurso Confessional Canônico e o Discurso Racional-Científico sobre o Corpo, o Sexo e a Alma

Comparativamente à Idade Média que, “sobre o tema da carne e da prática da confissão” tinha constituído “um discurso estreitamente unitário”, o que se verifica nos séculos recentes é “uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política”, de maneira a que se estabeleça, senão uma ruptura, pelo menos uma distensão e uma diversificação dos vínculos discursivos relacionados ao sexo, que anteriormente, quase que exclusivamente, “vinculava a teologia moral da concupiscência à obrigação da confissão” (Foucault, 1976, p.35).

Todavia, se sob esta perspectiva o processo de irradiação de discursos científicos possuía suas peculiaridades de multiplicidade e variedade em relação à unicidade do dogmatismo canônico, por outro lado, Foucault discorre que o ato em si de “confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização do poder” (Foucault, 1976, p.58) desde a Idade Média, tornando o Ocidente “uma sociedade singularmente confessanda”(p. 59), e daí termos apontado para um lugar ou prática comum a ambos.

Ou seja, “a confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes.” (Foucault, 1976, p.59)

Neste caminho, ocorre um multidirecionamento do princípio confessional nos seguintes âmbitos, de forma a que se confessem- agora sob a

égide dos preceitos científicos - os seguintes aspectos da própria biografia corpóreo-anímica (Foucault, 1976, p.59):

- 1 – os crimes;
- 2 - os pecados;
- 3 - os pensamentos;
- 4 - os desejos;
- 5 - o passado;
- 6 - os sonhos;
- 7 – a infância;
- 8 – as próprias doenças e misérias.

De maneira renovada, então, fazem o papel de “confessor”: os pais, os educadores, o médico, aqueles a quem se ama. Faz-se a si próprio, “no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrém, com o que se produzem livros”. “Confessa-se – ou se é forçado a confessar”, buscando a extorsão da alma ou arrancando-a do corpo (Foucault, 1976, p.59).

Especificamente ao universo sexual, discerne-se que “desde a penitência cristã até os nossos dias o sexo tem sido a matéria privilegiada da confissão” (Foucault, 1976, p.60). Todavia, a atuação irradiadora dos ramos de saberes científicos permitiu que a confissão se abrisse a outros contextos de interpenetração.

Quanto aos efeitos dessa expansão do alcance da arte confessional ao nível da alma dos indivíduos, Foucault (1976) salienta, conforme dissemos, que “não se trata somente de dizer o que foi feito – o ato sexual – e como; mas de reconstituir nele e a seu redor os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos,

as modulações e a qualidade do prazer que o contém. Pela primeira vez, sem dúvida, uma sociedade se inclinou a solicitar e a ouvir a própria confiança dos prazeres individuais.”Através de um discurso “que deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao **que fala do corpo e da vida – o discurso da ciência.**”(p.63)

12

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Ao fim da Época Clássica, inicia-se o deslocamento do exercício do poder no sentido de assumir como prerrogativa sua a necessidade de preservar a vida e de geri-la, no sentido de expandir suas forças e ordená-las segundo o princípio da normalidade, intrinsecamente associado à noção de saúde ou à de patologia, como seu contraponto. Nesse sentido o poder passa “a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” e o direito de morte passa “a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função dos seus reclamos” (Foucault, 1976, p.128). Em outras palavras, ocorreu uma verdadeira “desqualificação da morte” e de seus rituais (p.130).

Em outras palavras, “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é, agora, cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida.” Ou seja, “é sobre a vida e ao longo do seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado.” (Foucault, 1976 , pp.130/131)

Aliás, no que tange à incidência de tais mecanismos corpóreos como fatores de consolidação de um capitalismo incipiente, “o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento.” (Foucault, 1976, p.133)

Destarte, considera-se que “as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, *relações sexuais*), mas lhe são **imanentes**; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas.” (Foucault, 1976, p.90)

Destaca-se que tais relações “não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor.” (Foucault, 1976, p.90)

Foucault (1976) define sexualidade como “o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não é realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (p.100)

O dispositivo da sexualidade “desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder.” (Foucault, 1976, p.102)

Foucault (1976) correlaciona o dispositivo da sexualidade ao contexto econômico, de maneira que tal dispositivo “se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome” o que justificaria em termos sócio-políticos, o escopo estratégico de tal dispositivo, ativado no sentido de “penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”, através da atuação de suas verdades e discursos, que inovam, anexam e inventam configurações de acesso à corporeidade, seu alvo constante (p.101).

Neste sentido, “longe do corpo ter se apagado, trata-se de fazê-lo aparecer numa análise em que o biológico e o histórico não constituam seqüência, como no evolucionismo dos antigos sociólogos, mas se liguem de acordo com uma complexidade crescente à medida em que se desenvolvam as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida.” (Foucault, 1976, p.142)

Assim sendo, Foucault (1976) intenciona não uma “‘história das mentalidades’, portanto, que só leve em conta os corpos pela maneira como foram percebidos ou receberam sentido e valor; mas ‘história dos corpos’ e da maneira como se investiu sobre o que neles há de mais material, de mais vivo.”(p.142)

No que diz respeito à tecnologia política *sobre a vida*, para Foucault (1976) foram sendo estruturados **dois eixos** em torno do sexo, da maneira a seguir:

1 - De um lado, o sexo faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias.

2 - Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz,” de maneira a que se justifique, então, todo “um micropoder sobre o corpo”: “a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos [...]; mas, também, ‘dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas” que se configuram sobre todo o corpo social (pp.136/137).

A conformação de tais eixos acarretaram as seguintes conseqüências corpóreo-anímicas (Foucault, 1976, p.137):

- a) a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes;
- b) desencavada nas condutas;
- c) perseguida nos sonhos;
- d) suspeitada por trás das mínimas loucuras;
- e) seguida até os primeiros anos da infância;
- f) tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la.

Por conseguinte, tal tecnologia do sexo se entrearticula de forma a combinar, no ajuste de suas táticas, “em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações” (Foucault, 1976, p.137).

Assim sendo, “na junção dentre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte.” (Foucault, 1976, p.138)

12.1 A Medicalização do Sexo

Foucault ressalta o processo através do qual certas articulações dispersas e múltiplas do saber-poder sobre os indivíduos foram adquirindo uma certa inter-correlação, principalmente a partir do século XVIII, de maneira que foram se configurando **quatro grandes conjuntos estratégicos** de intervenção do poder sobre a corporeidade, conforme a seguir (Foucault, 1976 – pp.99/100):

1. a histerização do corpo da mulher, analisado como sendo:

1.1 - um corpo saturado de sexualidade;

1.2 - um corpo sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca e portanto, necessariamente, medicalizável;

1.3 – um corpo cuja fecundidade deve ser regulada e assegurada;

1.4 – no liame entre corpo e alma, a injunção de uma responsabilidade biológico-moral da mulher quanto à família como um todo, em especial no que diz respeito à vida e à educação das crianças;

1.5 – como expressão corpóreo-anímica da histerização, a *mulher nervosa*.

2. a pedagogização do sexo da criança: enquanto indivíduos cujos corpos estão impregnados de uma atividade sexual real ou em potencial, que traz subjacente perigos corpóreo-anímicos, tanto físicos como morais, individuais ou coletivos.

3. a socialização das condutas de procriação: a intensificação sobre os corpos dos casais de mecanismos de controle e de estimulação da sua fecundidade, de acordo com prerrogativas sociais, de forma a imprimir em

suas almas uma responsabilidade quanto ao satisfatório desenvolvimento do corpo social, em termos natalistas.

4. a psiquiatrização do prazer perverso: isolamento do instinto sexual como instinto biológico e psíquico autônomo; análise clínica de suas “anomalias”, buscando uma tecnologia corretiva simultaneamente normalizadora e patologizadora das suas manifestações.

Conseqüentemente, foram inscritos historicamente nos corpos quatro novas recriações históricas: **“a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso”** (Foucault, 1976, p.100).

Para Foucault, “a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. Em outras palavras, a ‘carne’ é transferida para o organismo.” (Foucault, 1976, p.111)

Para tanto, são efetuadas as seguintes mudanças de articulação discursiva-corporal, na passagem do século XVIII para o século XIX (Foucault, 1976, p.111/112):

- a) a separação da medicina do sexo da medicina geral do corpo;
- b) o isolamento do instinto sexual, e o estudo criativo de conceitos referentes às suas anomalias, desvios adquiridos, enfermidades ou processos patológicos;
- c) a relativa autonomização do sexo com relação ao corpo, com sua ortopedia específica de cunho médico;

- d) a abertura do domínio médico-psicológico das “perversões”, que tomariam o lugar de velhas categorias morais da devassidão e da extravagância;
- e) a responsabilização biológica do sexo em termos de evolução da espécie através da análise da hereditariedade, que vinculava as práticas sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais e as perversões a toda uma cadeia de condutas corpóreo-anímicas, que eram remetidas até aos ancestrais remotos, bem como projetada às mais distantes descendências;
- f) estipulação de um projeto médico-político de gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências;
- g) administração do sexo e de sua fecundidade;
- h) desenvolvimento de duas grandes inovações, a partir da segunda metade do século XIX: a medicina das perversões e os programas de eugenia, tendo como novo núcleo de tecnologia do sexo o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência.

Desta forma, no interior de tais mutações, o sexo, enquanto conjunção carnal, passa a ser *reelaborado*, sendo associado à idéia de que, em sua constituição e realização, “existe algo mais do que corpos, órgãos, localizações somáticas, funções, sistemas anátomo-fisiológicos, sensações prazeres; algo diferente e a mais, algo que possui suas propriedades intrínsecas e suas leis próprias: o ‘**sexo**’.” (Foucault, 1976, p.143)

Com efeito, a noção de sexo, face aos aspectos corpóreos, “permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte” (Foucault, 1976, p.144)

Assim sendo, o sexo se transforma no “elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres.” (Foucault, 1976, p.145)

Nesta medida, sob a ótica corpóreo-anímica, o sexo se torna “o ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, que todos devem passar” para obter os seguintes acessos (Foucault, 1976 , pp.145/146):

1 - *à sua própria inteligibilidade* - já que ele é, ao mesmo tempo, o elemento oculto e o princípio produtor de sentido;

2 - *à totalidade de seu corpo* - pois ele é uma parte real e ameaçada deste corpo do qual constitui simbolicamente o todo;

3 - *à sua identidade* - já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade de uma história, a ponto de procurarmos nossa inteligibilidade naquilo que foi, durante tantos séculos, considerado como loucura; a plenitude de nosso corpo naquilo que, durante muito tempo, foi um estigma e como que a ferida neste corpo; nossa identidade, naquilo que se percebia como obscuro impulso sem nome.

12. 2 - A Medicalização do Sexo no Núcleo Familiar

Com especial destaque, Foucault estuda os efeitos da incidência do dispositivo da sexualidade sobre os parâmetros de identidade familiar, considerada por ele como “o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata” o dispositivo que se

engaja sobre os corpos dos membros da família, e que reinventa um novo perfil de família incitadamente “sexualizada” por tal dispositivo.

Neste sentido, enfatiza-se que “os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo da sexualidade que no exterior se apóia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo ‘psicologizar’ ou ‘psiquiatrizar’ as relações de aliança.” (Foucault, 1976, p.104)

Foucault esclarece que "se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal - corpo que produz e consome"(Foucault, 1976, p.101). Tais colocações sinalizam o centramento do dispositivo da aliança em questões jurídico-patrimoniais, de forma que os vínculos corpóreo-anímicos entre os cônjuges se configuram como um desdobramento decorrente de tais focos. Por sua vez, o dispositivo da sexualidade se manifesta embasado no trinômio corpo-sexo-alma.

De qualquer modo, as eventuais referências sobre o dispositivo da aliança face à temática do corpo e da alma são, em parte, análogas às do Direito Canônico, a que já nos referimos, quando tratamos do exame da consciência por intermédio da confissão religiosa, cujos ditames de proibido/permitido, prescrito/ilícito são os mesmos que fundamentam as condutas corpóreo-anímicas do dispositivo da aliança, fixadoras dos corpos do casal no âmbito afetivo do matrimônio.

E, na medida em que a família se torna suscetível e receptiva às influências teórico-discursivas do dispositivo da sexualidade, em virtude da sua “penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo”; é criada, a partir dela e em sua função, uma série de “*personagens novas*” (Foucault, 1976, p.105):

- a) a mulher nervosa;
- b) a esposa frígida;
- c) a mãe indiferente ou com obsessões homicidas;
- d) o marido impotente, sádico, perverso;
- e) a moça histérica ou neurastênica;
- f) a criança precoce e já esgotada;
- g) o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher.

Perante este novo paradigma de discurso sexual, o dispositivo da sexualidade vê na família, a partir do século XVIII, “o lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor” de maneira tal que não se estranha que a sexualidade tenha, aí, seu “ponto privilegiado de eclosão” (Foucault, 1976, p.103).

Tal explosão da sexualidade familiar, em virtude da intensificação da problemática do desejo, veio reconfigurar o estigma do incesto, que passou a “ocupar um lugar central, é continuamente solicitado e recusado, objeto de obsessão e de apelo, mistério temido e segredo indispensável, tornando-se “um foco permanente de incitação à sexualidade.” (Foucault, 1976, p.103)

12.3 A Constituição de uma Identidade/Sexualidade de Classe Social

Foucault (1976) releva que o dispositivo da sexualidade não foi instaurado para limitar o prazer dos outros, por classes sociais tradicionalmente chamada de “dirigentes”: “parece, ao contrário, que o testaram em si mesmas” (p. 116).

Em outras palavras, “ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que ‘dominavam’.” (Foucault, 1976, p.116)

Ou seja, foi justamente nessas classes “dirigentes” “que se estabeleceu, em primeira instância, o dispositivo de sexualidade como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes” (Foucault, 1976, p.116).

Desta maneira, no transcurso do século XVIII, se consolidam articulações singulares de gerenciamento da própria corporeidade, das seguintes formas (Foucault, 1976 , pp.116/117):

1 – o corpo como suporte para a auto-afirmação do indivíduo – “longe de acreditar ser de seu dever amputar o corpo de um sexo inútil, desgastante e perigoso, já que não estava voltado exclusivamente para a reprodução [...] se atribui um corpo para ser cuidado, protegido, cultivado, preservado de todos os perigos e de todos os contatos, isolado dos outros para que mantivesse seu valor diferencial”;

2 – a elaboração de um corpo “de classe”: “com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autosssexualização do seu próprio corpo, encarnação do sexo em seu corpo próprio, endogamia do sexo e do corpo.”

Neste sentido, **sobre seu próprio corpo**, a burguesia engajou os seguinte mecanismos (Foucault, 1976, p.117):

- a) emprestou-lhe um poder misterioso e indefinido sobre ele;
- b) vinculou-lhe a vida e a morte, tornando-o responsável pela sua saúde futura;
- c) investiu nele seu próprio porvir, supondo que tinha efeitos sobre a descendência;
- d) *entregou-lhe a alma*, supondo que era ele que constituía o elemento mais secreto e mais determinante da mesma.

Destarte, a burguesia, ao invés de se castrar, simbolicamente, “para melhor recusar aos outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel-prazer”, passou, a partir da metade do século XVIII, a atribuir para si um corpo específico de classe (Foucault, 1976, p.117).

Foucault, traça, então, um paralelo com a **aristocracia** “que também afirmara a especificidade do seu próprio corpo”. Mas o fazia “na forma do *sangue*, isto é, da antigüidade das ascendências e do valor das alianças”; a **burguesia**, “para assumir um corpo, olhou, ao contrário, para o lado de sua descendência e da saúde do seu organismo.” Ou seja, para Foucault “o ‘sangue’ da burguesia foi seu próprio sexo.” (Foucault, 1976, p.117)

Com isto, a burguesia estabelecia suas próprias disposições relacionais com seus corpos, de forma muito distinta à relação “sangüínea”

estipulada pela aristocracia, que se estruturava sob um simbolismo mítico-genealógico, associado a uma superioridade garantida por uma historicidade construída a partir das conquistas promovidas pelos seus ascendentes e, portanto, encravadas na memória anímica-corpórea dos descendentes.

Ou seja, sob a inspiração de princípios bem menos voltados ao tempo presente em termos corpóreos, e bem mais metafórico-históricos do que o paradigma de valorização e conservação dos corpos, implementado pela classe burguesa.

Neste sentido, realça-se que “é, sem dúvida, preciso admitir que uma das formas primordiais da consciência de classe, é a **afirmação do corpo**; pelo menos, foi esse o caso da burguesia no decorrer do século XVIII. Ela converteu o sangue azul dos nobres em um organismo são e uma sexualidade sadia; compreende-se por que levou tanto tempo e opôs tantas reticências a reconhecer um corpo e um sexo nas outras classes – precisamente naquelas que explorava.” (Foucault, 1976, p.119)

Assim sendo, “o sexo não é essa parte do corpo que a burguesia teve que desqualificar ou anular para por para trabalhar os que ela dominava. É, ao contrário, esse elemento dela mesma que a inquietou e preocupou mais do que qualquer outro, que solicitou e obteve seus cuidados e que ela cultivou com uma mistura de terror, curiosidade, deleitação e febre.” (Foucault, 1976, p.117)

Ou seja, “a valorização do corpo deve mesmo ser ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento da hegemonia burguesa; mas não devido ao valor mercantil alcançado pela força de trabalho, e sim pelo que podia representar política, econômica e, também, historicamente, para o

presente e para o futuro da burguesia, a ‘cultura’ de seu próprio corpo.” (Foucault, 1976, p.118)

Em outros termos, a apropriação nos corpos pelos valores burgueses se deu de maneira direta e encravada na corporeidade, enquanto organismo a ter sua saúde, vitalidade e desempenho zelados, como forma de ter sua dominação simbolicamente imprimida corporalmente, através de um corpo entranhado com uma sanidade inquestionável, erigida sob parâmetros de higiene e de saúde, garantidos por uma eficácia perpétua e aprimoramentos ininterruptos.

Portanto, discorda-se das correntes interpretativas que auferem ao fenômeno sócio-relacional burguês disposições de “elisão do corpo e recalque da sexualidade” (Foucault, 1976, p.118).

Para Foucault (1976), a burguesia teve, como uma de suas primeiras preocupações, “assumir um corpo e uma sexualidade – de garantir para si a força, a perenidade, a proliferação secular deste corpo através da organização de um dispositivo de sexualidade. E esse processo estava ligado ao movimento pelo qual ela afirmava sua diferença e sua hegemonia,” advindo, de tal preocupação com o corpo e o sexo, “um certo ‘racismo’” (p.119).

Em contrapartida, avalia-se “que as condições de vida impostas ao proletariado, sobretudo na primeira metade do século XIX, mostram que se estava longe de tomar em consideração o seu corpo e o seu sexo: pouco importava que essa gente vivesse ou morresse; de qualquer maneira se reproduziria sozinha. Nesta mesma linha, para que o proletariado fosse dotado de um corpo e de uma sexualidade, para que sua saúde, seu sexo e sua

reprodução constituíssem problema” foram necessários (Foucault, 1976, p.119):

1 – conflitos de coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, prostituição, doenças venéreas;

2 – urgências econômicas, tais como uma necessidade de mão-de-obra estável e competente, controle de fluxo populacional e demográfico;

Em decorrência, passou-se à “instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles, através dos seguintes dispositivos de adequação social (Foucault, 1976, p.119):

a) a escola;

b) a política habitacional;

c) a higiene pública;

d) as instituições de assistência e previdência;

e) a medicalização geral das populações.

Assim sendo, atrás do aparente serviço público prestado às classes proletárias, o objetivo foi permitir “sem perigo, importar o dispositivo da sexualidade para a classe explorada.” Como resultado, “o corpo social inteiro foi dotado de um ‘corpo sexual’.” (Foucault, 1976, p.119)

Em síntese, se a religião prega suas ascetes purificadoras dos corpos e das almas, baseadas na auto-observação e confissão das disposições corpóreas e de suas condutas, a ciência, por sua vez, estabelece seus discursos constituidores de um corpo/alma sexualizados, submetido a seus preceitos reguladores.

Em decorrência, o pensamento científico estabelece diversos procedimentos diagnósticos que permitem a determinação da aproximação ou do afastamento do indivíduo a uma certa escala de normalidade construída por tais saberes e poderes.

Destarte, através de um dispositivo da sexualidade construído em processos históricos recentes, o sexo se transfigurou “na escala dos séculos, *mais importante do que nossa alma, mais importante do que a vida*”, de maneira a “se trocar a vida inteira pelo sexo, pela verdade e a soberania do sexo. O sexo bem vale a morte.” (Foucault, 1976, p.146)

Isso tudo configura o que Foucault chamou de constituição da *alma moderna*, cujo tema, para maior clareza, retomamos a seguir.

13

UMA NOVA ANATOMIA POLÍTICA
PARA O CORPO E A ALMA:
A CONSTITUIÇÃO DA ALMA MODERNA

O processo histórico de suavização das penas⁷ teve conseqüências diretas sobre a corporeidade dos apenados, conforme já analisado, na medida em que os castigos sem suplício foram sendo os substitutos das penas dolorosas.

Mas, se sobre o corpo não são mais inscritas a dor e o sofrimento, tal corpo retorna, no momento de aplicação das limitações e coerções aos direitos do criminoso, como **foco da incidência de tais castigos**.

Neste sentido, Foucault ressalta os seguintes conceitos:

[...] o ponto de aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos. O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos, formam o elemento que agora é proposto à intervenção punitiva. Mais que sobre uma arte de representações, ela deve repousar sobre uma manipulação refletida do indivíduo: 'qualquer crime tem sua cura na influência física e moral: [é necessário então para determinar os castigo} conhecer o princípio das sensações e das simpatias

⁷ apresentado no capítulo VI.

que se produzem no sistema nervoso'(Foucault, 1975, p.114, citado de "Délinquance et système pénitentiaire de rance au XIXe. siècle").

O relaxamento da severidade penal caracterizou-se como um evento marcado por uma verdadeira **“mudança de objeto”** da aplicação penal, de forma que o novo objeto punitivo “não é mais o corpo, é a alma”: “o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. (Foucault, 1975, p.20)

Foucault reconhece na transição punitiva dos suplícios para os castigos sem sofrimento, a substituição do acesso direto do poder de punir sobre o corpo, pelo alcance político (indireto, sutil e menos agressivo) sobre esta mesma corporeidade, através de uma nova concepção de alma que teve sua noção epistemológica reconstruída, de acordo com uma reformulação do seu significado, em conformidade com a nova articulação de saber-poder em edificação.

Assim sendo, ocorreu um processo histórico intenso de apropriação e deslocamento do conceito de alma do contexto teológico e metafísico para o contexto da vida, expresso, inicialmente, com a necessidade de supressão dos suplícios no campo jurídico.

Em decorrência de tal evolução das leis, é estabelecida a implementação de novos ramos de saber subsidiários (mas não necessariamente menos importantes) do estudo da alma enquanto “sede de hábitos”.

Com isto, são desenvolvidos saberes, tais como: a Antropologia Criminal, a Medicina Legal, a Psicologia Criminal, dentre outros, cujos conteúdos alavancaram e mobilizaram estudos muito detalhados sobre a natureza do corpo e da alma, e que propiciaram uma ampliação de novos

ramos de análise do ser humano, não necessariamente diretamente relacionados às suas motivações jurídicas originais

A crescente sofisticação das forças de saber-poder se efetivaram através do suporte visível da alma, o corpo, instrumentalizado pelo processo de renovação de novos princípios legais sobre ele incidentes, associados aos castigos sem suplício.

Neste contexto, uma das alterações de objetos destacadas por Foucault (1975) foi a substituição “sutil e rápida” do julgamento exclusivo dos crimes e dos delitos por um julgamento que devia também incorporar “as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade”(p.21).

Desta forma, além de se punir as agressões, também são punidas, através delas, “as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos.”(Foucault, 1975, p.21) Trata-se de julgar não apenas os crimes, mas a alma dos criminosos.

Sob esta realidade, a alma do criminoso “não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades.” (Foucault, 1975, p.21) Ela é invocada “para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição.” (Foucault, 1975, p.21)

Em outras palavras, não se trata apenas de evocar a alma para explicar as motivações subjetivas que levaram o criminoso a efetivar determinado delito, mas de levar a alma do criminoso a julgamento,

simultaneamente com o corpo e suas representações, para justificar melhor as punições.

Neste contexto, para Foucault (1975), o processo histórico de evolução da microfísica corporal do poder punitivo foi uma peça fundamental para uma “genealogia da *alma moderna*”(p.31), caracterizada como “o correlativo atual de uma certa tecnologia do poder sobre o corpo”(p.31).

Sob este prisma, Foucault (1975) caracteriza a alma moderna da seguinte forma(p.31):

1 – não é uma ilusão, não é um efeito ideológico. Ela existe, tem uma realidade.

Remetem-se tais observações à consideração da realidade da alma como uma produção sócio-histórica-cultural, através do desenvolvimento de uma série de discursos e saberes, os quais têm existência não só conceitual mas materializada em instituições, práticas e através de diversas formas de disposições temporais/espaciais.

2 – sua realidade é produzida permanentemente. Sua produção se efetua em torno, na superfície e no interior do corpo.

*3 – tal produção acontece pelo funcionamento de um poder que se exerce **não só sobre os punidos**, mas também sobre:*

os vigiados, treinados e corrigidos,

os loucos,

as crianças,

os escolares,

os colonizados,

os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência.

Todos esses, visados e esquadrihados sob o princípio da normalidade, extraído dos referenciais da anormalidade

Por conseguinte, as tipologias historicamente edificadas e acima discriminadas trazem, no seu bojo, um precioso arrolamento sintético dos tipos passíveis de patologia, personificados através desse embates de saberes e poderes na constituição da alma moderna.

Ressalta-se que este conjunto é suscetível de reformulações a cada momento presente, o que implica em uma abertura perene da inscrição do processo de discriminação de indivíduos, voltada à sua normalização e esquadrihamento.

4 – A Alma moderna difere da alma representada pela teologia cristã, pois não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação.

5 - ela é real e incorpórea, mas não é absolutamente substância.

Foucault intenciona relevar a imaterialidade da alma moderna ao apresentá-la como não sendo "absolutamente substância".

O efeito imediato de tal colocação é estabelecer uma crítica a uma das vontades de saber mais pungentes do homem contemporâneo que é identificar o caráter substantivo da alma do homem, sob a ótica da Medicina, da Biologia, da Psiquiatria, da Química ou de qualquer outro saber, ao constituir um discurso corpóreo sobre a natureza anímica dos indivíduos.

Assim sendo, reconhece seu caráter adesivo aos corpos, mas enquanto realidade histórico-discursiva.

6 – é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber. É a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder.

7 – sobre essa realidade-referência vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.. Sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados.

Vale destacar, no bojo desses conceitos, o desenvolvimento da idéia de “eu profundo”.

Dreyfus/Rabinow enfocam esse aspecto sob o seguinte ângulo:

[...] Foucault reconhece que os significados profundos escondidos, os pontos inacessíveis da verdade, os interiores obscuros da consciência são puros artifícios. O emblema da genealogia poderia ter como inscrição: oposição à profundidade, à finalidade e à interioridade. A verdade mais profunda que o genealogista deve revelar é o 'segredo que (as coisas) não têm essência ou que sua essência (foi) construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas' (Rabinow & Dreyfus, 1995, p.119).

De forma que a "noção de significado profundo é uma construção cultural"(Rabinow & Dreyfus, 1995, p.XXII). Mas, sobretudo, Foucault “não objetiva 'desconstruir' o sujeito mas transformar completamente o eu profundo em eu histórico, para abrir a possibilidade de emergência de um novo sujeito ético"(Rabinow & Dreyfus, 1995, p.280).

Desta forma, o espírito ressurge como “superfície de inscrição para o poder, com a semiologia por instrumento; a submissão dos corpos pelo controle das idéias; a análise das representações como princípio, numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios”. (Foucault, 1975, p.93)

Portanto, não se trata de conceber, conforme certas correntes da metafísica clássica, uma alma cindida do corpo, mas condicionada e recriada através do corpo em função dos interesses políticos sobre ele concentrados.

Parte III

Conclusões

14

CONCLUSÕES

*"O poder penetrou no corpo,
encontra-se exposto no próprio corpo".*

(Foucault, 1979, p.146)

Uma das principais premissas utilizadas por Foucault para o desenvolvimento da sua denominada *fase genealógica* é a apropriação do "**Modelo da Guerra**" para elucidar as intrincadas relações entre poder, saber e corpo.

O "**Modelo da Guerra**" surge como uma nova possibilidade de articulação analítica que prescinde do "**Modelo do Direito**", criticado por Foucault porque representa apenas o caráter negativo do poder, elidindo seu caráter produtivo. Daí o desenvolvimento de uma "*concepção não jurídica do poder*", ou seja, não fundamentada na lei ou na repressão.

Esta abordagem se justifica por compreender que as relações de poder "não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência; nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas"(Foucault, 1979 - XV), isto é, "é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limite, que castiga"(Foucault, 1979 - XV), o que dá margem a uma renovada *concepção positivo-estratégica do poder*:

[...] o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que *tem como alvo o corpo humano*, não para suplicia-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (Foucault, 1979 – XVI – grifo nosso).

[...] Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo - como se começa a conhecer - e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (Foucault, 1979, p.148).

Ressalta-se de tais relações de forças a constatação de que o poder "intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - **o seu corpo** - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder." (Foucault, 1979 – XII – grifo nosso). Ou seja, estabelece-se assim a concepção de uma *microfísica*, na qual o corpo aparece como o ponto de apoio de embates bélico-estratégicos das forças de poder e de saber .

E, na medida em que a relação de Foucault com o trinômio poder/saber/corpo é bélico-estratégico, tal corporeidade aparece como o *ponto de visibilidade* desta série de disposições "de guerra" sobre ele incidentes.

E será justamente a partir desta perspectiva, na qual o corpo se manifesta como suporte e irradiação microfísica de lutas e afrontamentos⁸, que se nortearão algumas considerações conclusivas desta dissertação.

⁸ Atenta-se para a intenção de se atingir, através deste enfoque, uma melhor perspectiva de visibilidade das relações aqui discriminadas. Evita-se, por outro lado, o desenvolvimento de critérios de julgamentos fixos, pois depreende-se que sejam possíveis múltiplas

O conceito-chave é o de genealogia, pois através dele Foucault empreende a idéia de uma construção histórica do indivíduo ou suas relações a partir de forças múltiplas em enfrentamento constante. Em outros termos, o corpo é a origem de forças múltiplas, convergentes e contraditórias, e o próprio lugar da sedimentação de seus combates. Não há, portanto, na origem, uma essência ou idéia determinada a partir da qual a história se desenrola, mas a história passa a ser seu próprio artífice assim como a expressão é produção da idéia a partir de uma miríade de pequenas idéias inconclusas e em luta para se fazerem visíveis, isto é, tomarem forma, ocuparem o espaço, existirem, submetendo outras forças ou impulsos ao silêncio. A isso Foucault arrola, como vimos ao longo desse trabalho, a história de nossos corpos desde as origens da modernidade, uma história de dominação e aprisionamento de que a ciência e a psicanálise representam suas formas mais profundas e sublimadas, porque não violentas, em nome do princípio da racionalidade e da verdade.

Nas palavras de Foucault (1979):

[...] O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissolução do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia [...] está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (p. 33).

Ou ainda,

[...] sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam e entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (p.22).

rearticulações de tais visibilidades e de tais disposições cartográficas, ressaltando-se, com isto, seu caráter móvel e mutável, o que não possibilita a estipulação de critérios fixos, mas mapeamentos dos corpos e das almas, em constante transformação.

A noção corpórea de Foucault (1979), de inspiração nietzscheana, reconhece no corpo o lugar da *Herkunft*, compreendida enquanto *proveniência*, ou seja, "é o antigo pertencimento a um grupo - do sangue, da tradição, não como uma abordagem que busque "reencontrar em um indivíduo, em uma idéia ou um sentimento as características gerais que permitem assimilá-los a outros - e de dizer: isto é grego ou isto é inglês, mas de descobrir todas *as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar [...]*."(p.20 – grifo nosso)

Ou seja, ao se reconhecer as raízes "sutis, singulares e subindividuais" que se entrelaçam em um indivíduo e que delineiam sua proveniência histórica, é possível apreender as origens de sua constituição a partir desses embates, a sua formação através da história vitoriosa de determinadas forças ou conformações históricas.

Ou seja,

[...] Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo - dos começos inumeráveis [...] A marca da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos (Foucault, 1979, p.20).

Este caráter dissociativo do "eu", com seus "começos inumeráveis", múltiplos e dissociadores, oferece elementos subsidiários para a compreensão de uma dinâmica desse "eu" no qual se depreende que corpo e alma estão submetidos a processos múltiplos de constituição.

Em outras palavras, se do corpo "nascem os desejos", essa matriz não é imanente, contínua e monolítica, como se fosse uma corporeidade

fechada às influências e descontinuidades históricas, ou uma corporeidade cuja natureza ou essência determinaria a sua história.

Muito pelo contrário, esse "nascimento" está impregnado dos afrontamentos históricos que os atravessa e os singulariza e de "começos inumeráveis" e não coincidentes, que se registram enquanto marcas e sinais específicos da história bélico-estratégica sobre a microfísica de cada indivíduo.

Ou seja, tanto o corpo como seus desejos só são compreensíveis se imersos na rede histórica que os constitui.

Daí o uso, por Foucault (1979), de outra noção nietzscheana para a elucidação do sentido da história. Trata-se da noção de *Entstehung*, como *emergência*, por ele definida da seguinte maneira:

Do mesmo modo que se tenta muito frequentemente procurar a proveniência em uma continuidade sem interrupção, também seria errado dar conta da emergência pelo termo final. Como se o olho tivesse aparecido, desde o fundo dos tempos, para a contemplação, com se o castigo tivesse sempre sido destinado a dar o exemplo. Esses fins, aparentemente últimos, não são nada mais do que o *atual episódio de uma série de submissões*: o olho foi primeiramente submetido à caça e à guerra; o castigo foi alternadamente submetido à necessidade de se vingar, de se excluir o agressor, de se libertar da vítima, de aterrorizar os outros [...]. A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissões: não a potência antecipadora de um sentido, mas *o jogo casual das dominações* (p.23 – grifo nosso).

Com isto, busca-se esclarecer certos aspectos específicos da dinâmicas das relações corpóreo-anímicas:

1° - O corpo é uma peça sobre a qual inúmeras correlações de forças incidem e se apóiam, atravessando-o e exercendo sobre ele uma série de conformações, dentro de um jogo de dominações e submissões, difuso e disperso em toda a rede social.

2° - A alma histórica, enquanto elemento discursivo de desenvolvimento e produção de uma série de conceitos, que se aglutina e se inscreve sobre o corpo, é o *depositário histórico de verdades* que visam um acesso direto sobre os corpos.

3° - Por sua vez, sendo a alma o *depositário de verdades e de discursos*, o corpo é, por sua vez, o *depositário de marcas e de sinais* que nele se inscrevem e que nele se cravam, de acordo com as efetividades de tais embates, que têm em tal corpo seu "*campo de prova*" e de constante confirmação e exercício. A corporeidade é o *ponto de visibilidade* de tais defrontamentos:

3.a) seja no seu efeito acumulativo histórico (enquanto superfície de inscrição de marcas e de sinais);

3.b) seja nas suas conformações presentes, nos quais a fugacidade do momento presente manifesta o registro instantâneo destes embates;

3.c) seja na sua antevisão prospectiva - em termos de antecipação de novas articulações futuras, propiciadoras de novas redistribuições estratégicas dos corpos e das almas, efetuada pelo efeito de conjunto de tais embates, em toda a rede social;

3.d) seja no sentido de afirmação da submissão a um certo tipo de dominação;

3.e) seja no sentido de resistência a tais forças.

Os aspectos ressaltados acima mostram claramente o quanto a alma é emanção do corpo e sua expressão, dos poderes que se realizam nele e através dele.

O enfoque foucaultiano não tem caráter ontológico de descoberta da "natureza" do que venha a ser o corpo e a alma, ou seu caráter "essencial".

Mas é um instrumental para a análise bélico-estratégica das forças presentes em um campo de batalha discursivo, e não só discursivo, mas também material, na constituição e sucessão do corpo e da alma na história.

É a partir de tal perspectiva que se reconhece que Foucault busca preservar o corpo enquanto elemento de sedimentação histórica, mas no que se circunscreve às marcas e aos sinais físicos que possibilitam a percepção materializada de uma série de processos históricos.

Por outro lado, reconhece na alma o depositário de sedimentação, de confrontação e de dinamização de uma série de campos de verdades historicamente constituídos, e em constante embate.

E se, do ponto de vista estratégico das forças de saber e de poder, corpo e alma são para Foucault diferenciados, é porque a alma se mostra como mecanismo de acesso ao corpo. E é apenas deste ponto de vista bélico-estratégico que é possível fazer distinções entre corpo e alma na obra de Foucault.

Assim, trata-se de desnaturalizar tanto as marcas físicas dos corpos como suas emanações anímicas microfísicas, pois ambas só podem ser discernidas enquanto emersas em um jogo de correlações de forças históricas que as constitui.

Não existe uma interioridade a ser desvelada, mas apenas a fundamental possibilidade de visualizar os deslocamentos temporais/espaciais dos corpos e almas nas disposições dos discursos e nas oscilações das estratégias de poder constantemente mutáveis sobre a microfísica de cada indivíduo, que podem ser reveladas através do diagnóstico genealógico.

Finalmente, é importante destacar a *aplicabilidade transdisciplinar da analítica corpóreo-anímica de Foucault*, em especial no contexto específico da psicologia, no sentido de sensibilizar seus estudiosos sobre a constituição sócio-histórica de uma série de conceitos psicológicos que são anexados "anímicamente" aos corpos dos indivíduos.

Acreditamos que, a partir desses enfoques, seja possível instrumentalizar a psicologia com uma analítica sobre os mecanismos de poder e de saber que atuam sobre os indivíduos e que a atravessam enquanto ciência humana. E estabelecer considerações estrategicamente relevantes sobre como resistir a amplos processos sociais normalizadores e cristalizadores das condutas do indivíduo, já que a psicologia trata de um saber que dispõe de um acesso estreito aos seus corpos através de suas "almas".

REFERÊNCIAS

- Brown, P. (1990). Corpo e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castelo Branco, G. & Portocarrero, V. (org) (2000). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau.
- Chaves, E. (1988). Foucault e a Psicanálise. São Paulo: Forense Universitária.
- Defert, D. & Ewald, F. (org) (1994). Dits et Écrits - I, II, III e IV. Paris: Gallimard.
- Deleuze, G. (1988). Foucault. São Paulo: Brasiliense.
- Elias, N. (1990). O Processo Civilizador, vol. 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar.
- Elias, N. (1993). O Processo Civilizador, vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar.
- Eribon, D. (1991). Michel Foucault: Uma Biografia. São Paulo: Cia. das Letras.
- Eribon, D. (1996). Michel Foucault e seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar.
- Escobar, C. H. (org) (1984). O Dossier – Últimas Entrevistas. Rio de Janeiro: Livraria Taurus.
- Fonseca, M. A. (1995). Michel Foucault e a Constituição do Sujeito. São Paulo: Educ.
- Foucault, M. (1966). As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1969). A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1972). A História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva.

Foucault, M. (1975). Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1976). História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (org) (1977). Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1984). História da Sexualidade II: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1985). História da Sexualidade III: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal.

Kantorowicz, E. (1998). Os dois corpos do rei. São Paulo: Cia. das Letras.

Nietzsche, F. (1978). Nietzsche. São Paulo: Abril Cultural.

Nietzsche, F. (1998). Genealogia da Moral. São Paulo: Cia. Das Letras.

Ortega, F. (1999). Amizade e Estética da Existência em Foucault. Rio de Janeiro: Graal.

Rabinow, P. & Dreyfus, H. (1995). Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Rencontre Internationale (1989). Michel Foucault philosophe. Paris: Édition Du Seuil.

Ribeiro, R. J. (org) (1985). Recordar Foucault. São Paulo: Brasiliense.

Rouanet, Sérgio Paulo (org) (1971). O Homem e o Discurso. A Arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.